

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FREDERICO FERNANDO MOISES LAMBERTUCCI

A INCONTROLABILIDADE E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Ciências Sociais

Dourados

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FREDERICO FERNANDO MOISES LAMBERTUCCI

A INCONTROLABILIDADE E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourado para a obtenção do grau de bacharel em Sociologia.
Orientadora: Profa. Dra. María Gabriela Guillén Carías

Ciências Sociais

Dourados

2017

*A Clecita, minha mãe.
Mariana, minha companheira.
E Bruno, meu grande amigo.*

AGRADECIMENTOS

O árduo “trabalho” filosófico-científico é comumente solitário, isto pela própria natureza da prática do estudo e da elaboração teórica. Inevitavelmente tal prática só pode ser individual, ademais que tenha sempre como base a socialidade genérica que tange a formulação em cada momento de pesquisa. Contudo, a importância da amizade e das discussões teóricas com amigos, verdadeiros companheiros ideológicos, além do suporte das pessoas mais próximas é inominável.

*Por isto, agradeço aos membros do GESTO (Grupo de Estudos Trabalho e Ontologia) pelas discussões e as tardes estudando *O Capital*. Além da amizade tão preciosa em tempos tão difíceis de obscurantismo e decadência ideológica.*

Agradeço a minha orientadora Gaby, por sua amizade e pela relação entre orientando e orientadora que em nosso caso nunca se circunscreveu as formas burocráticas e gélidas que são dominantes em nossos tempos. Agradeço pelos seus conselhos e suas puxadas de orelhas quando a minha impaciência tende a imperar.

*Agradeço a minha mãe, Clecita, com quem compartilhei tardes e mais tardes dividindo a mesa, cada um de um lado, e com quem conversava sobre as “dificuldades” de escrever com pouco tempo, já que ela estava na mesma situação escrevendo sua dissertação. Agradeço pelo seu companheirismo e por suas lições de vida e pelo incentivo intelectual. Se não fosse o seu esforço e a orientação de ter me dado os *Formen – Formações econômicas pré-capitalistas do Marx* para eu ler, talvez não estaria escrevendo tal texto hoje. Por fim, você sempre foi minha melhor amiga, além de sempre ter sido a melhor mãe que alguém poderia ter.*

Tenho que tecer agradecimentos ao meu grande amigo e camarada Bruno Almeida, que também se debateu com as questões referentes a escrita e ao tempo na vida cotidiana que se encurta e parece se espremer cada vez mais conforme avança a decadência da sociabilidade burguesa. Agradeço as longas conversas que sempre foram mais curtas do que os assuntos necessitavam e mais longas do que realmente pareciam ser. Agradeço as tantas risadas, risadas geralmente associadas a decadência ideológica burguesa e seus epígonos.

Por fim, os agradecimentos a minha companheira Mariana Ersina, que sofreu a prova de se adaptar a dias sem minha presença e, que teve a paciência e o companheirismo de compreender as vicissitudes da atividade intelectual e da importância de tal atividade para quem pretende colaborar com a transformação radical do mundo. Nos momentos mais difíceis você sempre foi sensacional e me incentivou a continuar com firmeza ideológica e me fez acreditar que minha contribuição era importante, mesmo que por vezes superestimasse e em muito tal capacidade, te agradeço por tudo isso.

RESUMO

A crise atual evidenciou o que há muito diversos teóricos marxistas já sabiam. A história não chegou ao seu fim e o sistema sóciometabólico do capital não pôde, como alegavam os apologistas, superar suas próprias limitações intrínsecas, suas contradições internas e fundar um saudável e estável processo de acumulação e reprodução, sem interrupções, que levasse a humanidade a um estágio de abundância generalizada, em suma, findou-se o encanto do “capital permanente universal”. Põe-se na ordem do dia, portanto, um estudo sistemático sobre a natureza da crise do capital nesse momento histórico. O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo inicial da obra de István Mészáros, *Para Além do Capital*. Pela magnitude da obra tivemos que circunscrever nosso estudo sobre a parte I e III do livro, que são respectivamente os desenvolvimentos da tese da incontrollabilidade do capital e da sua crise estrutural. A originalidade posta no estudo de Mészáros é que de um lado retoma as determinações fundamentais do capital rearticulando a argumentação marxiana e trazendo a luz a questão que já está em Marx da incontrollabilidade do capital e em seguida sobre a crise estrutural do sistema sóciometabólico do capital, que põe em cena seus limites absolutos. Neste marco a crise aparece em Mészáros como um processo de *continuum* de depressão. Nossa investigação e problemática consistem em pesquisar de que forma Mészáros retoma as teses da incontrollabilidade e da crise estrutural do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Crise Estrutural do Capital; Crítica da Economia Política; Incontrollabilidade do Capital.

ABSTRACT

The current crisis has shown what the various Marxist theorist already knew. The history has not come to an end and the capital sociometabolic system couldn't, as the apologists put it, overcome its own intrinsic limitation, its internal contradictions and establish a healthy and stable process of accumulation and reproduction, without interruptions, that would drive humanity to a level of generalized abundance, in sum, the charm of "permanent and universal capital" is overed. Shows up on the agenda, so, a systematic study about the capital's crisis nature at this historical moment. This monograph aims to accomplish an initial study of the work of István Mészáros, *Beyond the Capital*. By the book's magnitude we had to circumscribe our study on the first and third parts of the book, which are respectively the developments of the uncontrollability thesis of the capital and its structural crisis. The originality in Meszaros' study is that in one hand he recapture the fundamental determinations of capital rearticulating the marxian discussion and bringing the light to the question that is already in marx os the capital uncontrollability and then on the structural crisis of the sociometabolic capital system, which sets its absolute limits. In this context the crisis shows up in Meszaros like a continuous depression process. Our research consists in investigate how Meszaros retake the thesis of uncontrollability and the structural crisis of capital.

KEYWORDS: Structural Crisis; Critique of Political Economy; Incontrolability of Capital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
------------------------	----------

CAPÍTULO I – A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

1.1. A Incontrolabilidade do Capital.....	11
1.2. Os defeitos estruturais do Sistema do Capital.....	15
1.3. Os limites absolutos do Capital.....	23

CAPÍTULO II – CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

2.1. Ontologia e historicidade.....	29
2.2. Os antecedentes da Crise Estrutural do Capital.....	34
2.3. Fundamentos da Crise Estrutural do Capital.....	39
2.4. Produção destrutiva e taxa de utilização decrescente.....	47

CONCLUSÃO.....	50
-----------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	53
-------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Esclarecendo nossa perspectiva e a finalidade de nossa pesquisa desde o princípio, apontemos que nosso trabalho se insere em um longo projeto de renovação da teoria marxiana. O retorno a Marx é extremamente fundamental em nossos dias não apenas para compreendermos profundamente o mundo, mas para nos credenciarmos a transformá-lo.

Note-se bem que tal retorno a Marx não tem raízes no dogmatismo que pensa Marx como manual de instruções e sinalizemos que a recuperação das teses fundamentais deve-se sobretudo ao combate da vulgarização da teoria marxiana realizada durante o século XX pelas duas correntes que se formaram em torno do projeto emancipatório e que por razões históricas particulares seguiram um rumo parecido em termos teóricos.

De um lado o reformismo centrado no Partido Social Democrata Alemão iniciou o processo de adequação teórica do legado de Marx à defesa da via democrática através da crença de que seria possível a partir do Estado fazer a transição gradual para o Socialismo. Começa-se a partir desses marcos o abandono das teses de Marx e Engels por parte de um conjunto de pensadores que se viam no interior do pensamento marxista – citemos Bernstein, Kautsky entre outros. Dessa forma inicia-se tanto uma infiltração do positivismo no interior das reformulações da social-democracia e a concepção teórica de Marx se vê atacada em seus pilares, a saber, a perspectiva da revolução, a dialética e a teoria do valor trabalho.

De outro lado, o fortalecimento da burocracia estatal na U.R.S.S. e a manutenção do sistema soviético frente as dificuldades gigantescas impostas pelas condições objetivas da realização de uma revolução no “elo mais fraco¹” acabam levando a teoria marxista a se tornar de crítica revolucionária do mundo a apêndice justificador tanto das medidas tomadas no interior do sistema pela burocracia, quanto das “táticas” tomadas na direção de um modelo e caminho unívoco para o socialismo, isto é, o socialismo em um só país adotado pela burocracia do partido comunista soviético. A partir de então a teoria marxiana passa a ser transformada fundamentalmente conforme as necessidades de justificação para a manutenção desse sistema. Prova do que falamos inicialmente, pensemos em como a vulgarização realizada tanto pelo regime soviético quanto pela social-democracia alteraram as concepções marxianas

¹ A expressão elo mais fraco se deve ao fato da Rússia ser na época uma das regiões mais atrasadas em termos do desenvolvimento das forças produtivas, e, com todas as mediações, das formas políticas que correspondem ao modo de produção capitalista constituído.

fundamentais sobre o Estado, que de fenecimento e extinção², transformou-se nos dois casos – mesmo que por caminhos diferentes – na mediação para chegar ao Socialismo mais do que pela sua extinção, pelo seu fortalecimento.

Nos parece, assim, mais que justificado o retorno à obra Marxiana, que constitui de fato, a recuperação dos “princípios ontológicos fundamentais de Marx” como os chamou o próprio Lukács em sua obra *Para uma ontologia do ser social I*, sendo ele, a nosso ver, o intelectual que produziu a obra mais frutífera do século XX³.

A renovação proposta teve em Lukács o seu fundamental iniciador e instaurador de uma nova perspectiva que recupera de Marx fundamentos necessários e esquecidos pela tradição marxista até então⁴, a obra Marxiana,⁵ é a partir de Lukács tomada como uma ontologia materialista.

² Para a explicitação da posição marxiana sobre o Estado a leitura dos textos de juventude: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Sobre a Questão Judaica e Glosas Críticas Marginais ao Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano*. Além, obviamente da leitura necessária de *Guerra Civil na França, 18 de Brumário de Bonaparte e A Ideologia Alemã*.

³ Lukács em início dos anos 60 começou a escrever uma introdução a uma ética marxista, essa introdução seria necessária para fundamentar os traços ontológicos fundamentais do ser social, para que fosse possível dar prosseguimento, esclarecidos tais traços, na produção da Ética. Lukács na metade da década já possui manuscritos gigantescos, e seu projeto já havia passado em muito seu plano inicial, diante disto ele se dedica à redação do que ficou conhecido como *Para uma Ontologia do Ser Social I* e *Para uma ontologia do ser social II*. Não satisfeito com a redação, voltou a escrever em 69 e redigiu o que ficou conhecido como *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Existe larga discussão sobre a publicação dos trabalhos, isto porque Lukács enviou para alguns alunos lerem e estes qualificaram o texto como metafísica e apologia ao stalinismo. Para essa discussão mais profundamente ver *Mundo dos Homens*: Capítulo I de Sérgio Lessa e o texto de Guido Oldrini Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács publicado como prefácio de *Para uma ontologia do Ser Social II* e anteriormente no livro organizado pelo Prof. Sérgio Lessa e a Profa. Maria Orlanda Pinassi com o título de *Lukács: Um Galileu no século XX*.

⁴ Obviamente existem exceções, sem contar Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburgo por se localizarem anteriormente ao “marxismo oficial”. Podemos citar: Korsch, Kosik e Gramsci, além do próprio Lukács que parecem as exceções mais destacadas. A renovação do marxismo é a superação do produto histórico criado pela II Internacional: um marxismo encharcado por positivismo que Marx viu nascer ainda em vida e é coroado como o Marxismo único e correto na III Internacional, momento no qual já é ferramenta necessária para a manutenção do socialismo realmente existente pós-revolução russa. Para mais informações o livro de José Paulo Netto *O que é stalinismo* é uma boa introdução, indicamos o livro de Fernando Claudín *A crise do movimento comunista* que traça o histórico político desde a dissolução da II Internacional e a fundação da III Internacional até o fim da URSS. Para a análise global da forma do socialismo realmente existente e de suas limitações históricas o livro de István Mészáros, *Para além do Capital*, que é nosso objeto de estudo aqui, possui a melhor e mais qualificada análise sobre tal período na segunda parte do livro em que trata não só da herança teórica, mas dos fundamentos sócio-históricos da experiência soviética.

⁵ Aquilo que é da lavra de Marx.

Na esteira deste temos Mészáros que foi seu aluno e assistente na Cátedra de Estética na Universidade de Budapeste. Mészáros produziu⁶ vastamente dos anos de 1950 para cá – retomando o projeto que Lukács havia dito ser necessário já nos anos 50 de uma atualização de *O Capital*.

Nosso objeto aqui nesta exposição é partir da teoria sobre a incontornabilidade e a crise estrutural do capital e seus desdobramentos que caracterizam essa atualização categorial engendrada por Mészáros para se municiar e encarar a difícil tarefa de compreender o mundo contemporâneo e suas tendências produzindo teoria que possibilite o melhor conhecimento possível para o sujeito revolucionário nesta forma social, a saber, o proletariado. Para tal, parece-nos igualmente necessário realizar um estudo profundo na obra *Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição* que condensa mais de 20 anos de elaboração intelectual. Aqui, no entanto, pretendemos apenas dar um primeiro passo ainda muito inicial nessa direção.

Iniciaremos a exposição pelo tema da incontornabilidade do capital, importa observar como Mészáros desenvolve toda sua construção teórica, desde a incontornabilidade do capital, que encontra-se na Parte I do *Para Além do Capital* até o desenvolvimento das teses sobre a crise estrutural do capital, os seus determinantes ontológicos e seus limites absolutos tratados já no nível de concreção da reprodução sóciometabólica do capital na parte III.

Os tópicos do capítulo I foram divididos conforme a estrutura categorial do próprio *Para além do capital*, tentamos permanecer fiel a forma de exposição do Mészáros e das interconexões entre as categorias, do contrário perderíamos toda a riqueza teórica e cairíamos em desmembramentos próprios do ecletismo e da teoria subjetivista em voga, pela qual é possível tomar os enunciados e articulá-los em um texto como se não houvesse diferenças substantivas que tangenciam os pressupostos e a ontologia subjacente à reflexão teórica.

No primeiro capítulo a tentativa foi observar primordialmente a incontornabilidade. Como o tempo foi curto e não pudemos avançar muito mais em uma revisão bibliográfica de longo fôlego tivemos que nos circunscrever ao estudo da parte I do *Para Além do Capital*, ao

6 As obras de Mészáros publicadas no Brasil são pela Editora Boitempo: *A teoria da Alienação* (2006), *Filosofia, Ciência Social e Ideologia* (2008), *A Obra de Sartre* (2012), *O poder da Ideologia* (2004), *Estrutura Social e Formas de Consciência: A determinação social do método* (2009), *Estrutura Social e Formas de Consciência: A dialética da estrutura e da história* (2011), *A crise estrutural do Capital* (2009), *O desafio e o fardo do tempo Histórico* (2007) e sua obra Magna: *Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. (2011).

apoio nos estudos já existentes sobre a obra, em especial o estudo de Maria Cristina Paniago e no recurso a revisão nos próprios textos de Marx.

No segundo capítulo focamos na parte III do *Para além do Capital*, e dadas as limitações já assinaladas, só pudemos revisar rapidamente dois livros de Ernest Mandel, sendo eles *A Crise do Capital e sua interpretação marxista* e *Capitalismo tardio*.

Esperamos que a discussão seja cativante e acima de tudo, que tenha importância e relevância para a organização revolucionária e para a emancipação humana.

CAPÍTULO I – A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

1.1. A Incontrolabilidade do Capital

Temos que iniciar por uma questão da maior importância, está é, o que fundamenta o capital, qual é a sua determinação mais íntima e que permite que se torne uma força para-si frente aos anseios e desejos da humanidade, e que em seu processo de vir-a-ser de objeto torne-se sujeito e, na realidade um pseudo-sujeito. Que, no entanto, aparece como uma “segunda natureza”, com objetividade de fazer inveja à própria natureza.

A nossa primeira constatação, seguindo os passos de Marx e Mészáros, é que para o domínio e controle do capital é ponto de Arquimedes separar o trabalhador de seus meios de produção. O capital é trabalho objetivado e alienado, dada essa determinação de sua existência, a manutenção de sua existência só pode ser possível se o capital permanecer em contínua expansão. Ou seja, para a manutenção do capital a exploração do trabalho é fulcral, *conditio sine qua non*, como forma de reproduzir seus próprios fundamentos.

Nesse sentido, tanto a alienação do trabalho quanto a exploração do trabalho constituem uma necessidade insuperável para a reprodução sempre ampliada do capital e das condições para a universalização deste.

Se isso que afirmamos é verdade, a contradição entre produção e controle que enseja a natureza do capital possui prioridade na processualidade do capital sobre as contradições subjacentes. Salientemos que ao mesmo tempo todas estão em determinação recíproca, fato que faz com que os limites absolutos derivem da totalidade das relações que as tendências do capital

possuem internamente. Desta forma, além de que o fundamento das demais contradições seja a alienação entre produção e controle, outras contradições podem assumir a posição de momento predominante em cada momento histórico particular.

Sabemos que a relação social do capital só possui viabilidade histórica na medida em que reproduz a separação entre trabalho e meios de trabalho, e tal reprodução implica a necessidade constante de sua expansão e acumulação via exploração do trabalho. Existe nesses termos uma hipoteca da exploração para com a autoalienação do trabalho no marco estrutural do sistema sóciometabólico do capital.

Isto se evidencia tão logo observamos o processo de trabalho e o processo de valorização, momento fundamental do capital que só é possível dada a separação entre produção e controle subjacente ao âmago do processo sócioreprodutivo em questão. A exploração do trabalho só é possível com a alienação do trabalhador para com seus meios de produção, ao mesmo tempo, essa mesma exploração é o fundamento histórico da reprodução dessa separação alienada. Existe uma determinação recíproca entre a expansão do capital e a reprodução das condições alienadas do trabalho, que historicamente produzem o capital, trabalho objetivado que retorna sob a forma universal de controle frente aos indivíduos.

Nas palavras de Mészáros:

O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Neste processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição objetiva de objetividade reificada – mero ‘fator material de produção’ – e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto. (MÉSZÁROS, 2011: 126).

Lembremos sobretudo que os fundamentos ontológicos do capital são o trabalho assalariado, a divisão social do trabalho e a separação entre trabalho e meios de trabalho. Fundamentos sem os quais sua reprodução sempre ampliada se vê absolutamente impossibilitada. A conclusão é óbvia, a alienação entre trabalho e seus meios e a exploração constituem-se em determinação recíproca. Vemos o papel fundamental que incide no âmago do capital como uma força extratora de trabalho excedente que apenas se realiza na reprodução do antagonismo entre trabalho e capital, necessidade constante de assegurar tal reprodução pela expansão – como um imperativo – da separação do trabalho com seus meios de trabalho.

O capital só se assegura desta forma com a manutenção do controle do processo sócio-reprodutivo como uma força externa aos indivíduos, que domina todos os poros da vida social pelas determinações de sua autorreferência histórica. A reprodução capitalista é a reprodução das condições reprodutivas do capital, ou como assinalou Marx, o capital depois de posto torna-se seu próprio pressuposto.

Não é apenas a massa de riqueza social que se reproduz na forma de contradição entre produção e apropriação, mas a reprodução da separação entre produção e controle, entre trabalho e trabalho objetivado, alienado, como capital.

Nas palavras de Marx:

O processo de produção reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. (MARX, 1984: 161).

Contudo, se essa determinação ontológica do capital possui prioridade frente às contradições subjacentes, isto não implica que tais contradições não exerçam força desintegradora naqueles fundamentos da reprodução sócio-metabólica do capital.

Os limites absolutos do capital se vinculam entre si criando a crise da totalidade do capital como um sistema orgânico. É nesse sentido, no qual todas as forças e tendências internas do capital que concorriam para o desenvolvimento da produção genuína se esgotam, que o sistema do capital, criando contradições explosivas desde seu interior inicia sua crise estrutural.

A primeira questão de caráter mais universal se encontra no desenvolvimento das forças produtivas, que constituiu historicamente a legitimidade do sistema do capital, e que em nosso atual estágio histórico entra em contradição com as relações de produção com o imperativo que só podem continuar operando de forma a tornar o desenvolvimento destas forças produtivas em forças destrutivas para a humanidade.

O capital, que constitui um ‘pseudo-sujeito’ – já que ele só pode ser trabalho objetivado e alienado, e que não existe sem esse seu conteúdo – domina o processo metabólico de reprodução, e o faz de uma forma específica, transforma-se em uma força externa que só possui vigência enquanto as relações sociais que o criaram existam. Contudo, não é possível ir contra

sua lógica nos seus próprios termos, já que sua autorreferência impossibilita qualquer forma alternativa de controle sobre seu próprio processo reprodutivo.

A incontrolabilidade do capital é o único *modus operandi* possível enquanto o capital constituir o modo de controle da reprodução social. Tal determinação pode ser compreendida na totalidade do capital e em suas unidades particulares, em tais unidades cada capitalista individual só possui controle sobre seu próprio capital e não pode operar de outra maneira que não atendendo os imperativos que emanam do próprio processo reprodutivo do capital, é nesse sentido que dirá Mészáros que os capitalistas “têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio.” (MÉSZÁROS, 2011: 98). Só podem ser, então, personificações do capital, e nesse sentido “os próprios atores humanos como ‘controladores’ do sistema estão sendo de modo geral controlados e, portanto, em última análise não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano auto-determinante no controle do sistema” (MÉSZÁROS, 2011: 125 - 126).

A necessidade constante de traduzir em diretrizes práticas os imperativos do capital, fundamenta a necessidade histórica das suas personificações. Marx não chegou a tratar das formas mutantes de controle do capital, bem como as formas variantes de personificações, fenômeno que não correspondeu à fase histórica em que viveu e só pôde, por isso, dar alguns apontamentos sobre essa possibilidade.

No entanto a determinação da incontrolabilidade do capital em sua processualidade se apresenta de forma cristalina em O Capital de 1867 como é constatável abaixo:

[...], o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes ao modo de produção capitalista. Obriga-o a aplicar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva. (MARX, 2013: 667).

A lógica autorreferente do capital, conseqüentemente, torna a sua reprodução um imperativo que opera de forma cega, sem poder considerar as necessidades históricas ou mesmo observar as contingências históricas dadas. As limitações e os condicionantes internos do sistema do capital têm que ser absolutamente ignorados, assim como suas contradições, mesmo que essas se tornem no curso histórico cada vez mais explosivas.

O capital não pode, segundo Mézáros, tratar as causas como causas, e se volta aos aspectos fenomênicos do processo. É dessa forma que no momento em que estão dadas as possibilidades, pela capacidade de produção vigente, para o atendimento de todas as necessidades humanas, prevalece – como necessidade – a garantia das condições da reprodução ampliada do capital, ainda que para isso seja necessário operar a destruição constante das suas próprias condições de existência, mesmo ao custo de seus próprios fundamentos, a humanidade e seu metabolismo com a natureza.

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional em si, como para a humanidade em geral. (MÉSZÁROS, 2011: 100).

1.2. Os defeitos estruturais de controle no sistema do capital.

Para Mézáros todas as contradições com as quais o capital se deparou na sua ascendência histórica foram sempre deslocadas, mas nunca resolvidas. Pois os determinantes últimos deste sistema sóciometabólico possuem como *causa sui* limites insuperáveis.

A contradição que o capital produz como condição de sua existência de separar produção e controle, mesmo com a inevitável fragmentação das unidades produtivas e o radical antagonismo gerado por elas, é já um dos próprios limites absolutos do capital, condição última de sua existência como modo de controle sóciometabólico e que acompanha o capital peremptoriamente desde sua gênese.

Poderíamos indagar porque algo que é a condição de existência do capital, e que historicamente concorreu para sua ascendência histórica, pôde em certo momento tornar-se um limite absoluto do capital, em suma, como o que constituiu sua força histórica tornou-se em seu contrário, na expressão de contradições que colocam a própria viabilidade do sistema como sistema reprodutivo em questão.

O sistema do capital pôde impor seu domínio sobre o sóciometabolismo por ter em seu quadro de referência sua própria força motriz, o fato de ao assumir o controle do metabolismo o capital tornar-se seu próprio pressuposto como já salientamos acima. Tal fato proporcionou ao capital seu incrível dinamismo.

O capital como modo de controle sóciometabólico é singular na história, isto porque segundo Mészáros, ele “[...] é, na verdade, um sistema de controle *sem sujeito*.” (MÉSZÁROS, 2011: 125). A relação causal do capital se sobrepõe as suas personificações particulares, de modo que a subjetividade destes fica subordinada aos imperativos e determinações objetivas do capital. É por este motivo que os indivíduos que são “chamados” a colocar em ação como diretrizes práticas os imperativos do capital, só podem ser vistos como personificações do capital, e nessa medida os controladores estão de maneira geral sendo controlados, e, “portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano auto-determinante no controle do sistema” (MÉSZÁROS, 2011: 126)

Basta sublinhar aqui como essa determinação do capital como modo de controle sem sujeito fundamentou o conceito de “mão invisível”, e demais conceitos inventados pelos apologistas da ordem para “provar” a racionalidade e a viabilidade do sistema do capital, de modo que fosse comprovável a justeza dessa forma metabólica de reprodução social. Isto baseado seja em uma racionalidade benevolente como a de Adam Smith, seja a apologética da perfeita “alocação de recursos” da escola marginalista.

O que interessa neste momento é destacar que a relação alienada entre produção e controle fundamenta a inversão entre sujeito e objeto. O trabalho, sujeito fundamental da produção, aparece como fator da produção, objetivamente reificado. A questão é que essa inversão não cancela o fato ontológico de que o trabalho permanece como o real sujeito da produção, mesmo em sua relação invertida. De modo que é necessária a manutenção constante da reprodução através das personificações do capital, e do Estado para manter a possível recalcitrância das forças antagônicas ao capital.

De outro lado, a personificação do capital atua sempre com a limitação inerente de seu capital individual, de modo que sob o domínio do sóciometabolismo do capital e seu modo de controle correspondente é impossível – independente de quão grande for o monopólio de um indivíduo particular – a qualquer indivíduo particular obter o domínio do sóciometabolismo como orientação consciente do processo sócio-reprodutivo em questão.

Ao contrário do que toda a ideologia burguesa e de algumas correntes positivistas no interior do próprio marxismo, não são os capitalistas particulares que fundam o capital. Tal interpretação entre os ideólogos do sistema do capital tem um aspecto que perpassa toda

formulação teórica da burguesia revolucionária e da decadente⁷, o fato de que a propriedade privada e a forma-mercadoria correspondiam a essência humana egoísta, e que eram, portanto, a manifestação de tal essência e conseqüentemente a forma mais adequada de desenvolvimento da humanidade dado essa determinação.

O que está de fundo nessa concepção dos ideólogos é que tal essência humana teria fundado o capital, e não o oposto. Isto é uma falsidade, apesar de sua repetição cotidiana, a orientação para a expansão que enseja a natureza mais profunda do capital, quando domina a reprodução social faz parecer que ele é a mera manifestação do egoísmo universal. Essa ocorrência deriva da determinação de ter de operar acima das cabeças dos indivíduos particulares, como já dito, como um modo de controle sem sujeito. Dessa forma que a condenação moral ou a aclamação da mesma natureza foi feita historicamente na base do julgamento da “produtividade” que erigiu a legitimidade desse sistema, ou sobre as suas conseqüências e efeitos deletérios tratados em termos da “maldade capitalista”.

O que ocorre é que mesmo o capitalista, personifica o movimento sem ter as condições objetivas de apreendê-lo. O modo de controle do capital só permanece e se reproduz na medida em que reproduz a alienação entre trabalho e meios de produção, como já situamos. Conseqüentemente, isto significa que a expansão é a determinação central desse sistema sóciometabólico específico, e que a acumulação impele a tal processo. A apreensão subjetiva da personificação particular toma o caminho invertido, como sua posição depende da acumulação de seu capital particular, está aparece como momento determinante, e a expansão como o momento que o impele a acumulação.

Conforme Mézáros:

[...] o sistema do capital permanece incontrolável precisamente porque o relacionamento estrutural objetivo entre a intenção consciente e a exigência expansionista objetiva não pode ser *revertido* dentro dos parâmetros deste sistema sóciometabólico particular em favor de intenções verdadeiramente

7 Salientamos que “decadente” neste contexto não implica um mero julgamento de valor, mas sim as limitações teóricas da burguesia a partir do momento em que ela se torna a classe dominante. O ano em que se dá a consolidação da burguesia como classe particular que domina o metabolismo social é 1848 com a repressão à classe trabalhadora e o proletariado que havia tomado Paris no que ficou conhecido como “assalto aos céus”. As limitações de tornar-se classe conservadora têm seu rebatimento no âmbito teórico na determinação de que a burguesia teria de retirar de seus sistemas teóricos as conquistas que havia feito na esfera do conhecimento, um exemplo é a teoria do valor-trabalho. De outro lado, as teorias teriam que consolidar-se fragmentando-se, a negação da totalidade como uma categoria ontológica é assim plenamente constituída na divisão sócio-técnica do pensamento. Além disto, tanto o historicismo, quanto a dialética e a economia política clássica tinham que ser abandonados, já que apontavam o caráter histórico-social e transitório da ordem recém consolidada e davam as armas teóricas necessárias ao proletariado moderno nascente.

controladoras. [...] Não pode haver espaço para intenções operacionais conscientemente executadas – ou seja, realmente autônomas – no quadro de referências estrutural do capital, porque os imperativos e as exigências rigorosamente *instrumentais* do sistema como um todo devem ser impostos e *internalizados pelas* personificações do capital como “suas intenções” e “suas motivações”. (MÉSZÁROS, 2011: 140).

Em suma, segundo Mézáros, “o sistema do capital está totalmente *orientado para a expansão*” (MÉSZÁROS, 2011: 138), isto é, a totalidade do capital, como forma de ser, só existe permanecendo suas condições de expansão. No entanto, a expansão aparece como negatividade para a personificação particular, já que para os fins da acumulação, a expansão aparece a ele como momento em que deve atender – sob o imperativo de não alcançar os fins desejados – as condições impostas pelo processo de reprodução do capital global total, mesmo que subjetivamente *internalize* tais imperativos como suas “intenções e motivações”.

A consequência fundamental de tais determinações é que o capital não pode ter nenhum senso de limites históricos, suas formas de desenvolvimento atuam de forma cega e transformam assim todos os aspectos absolutos de sua vigência histórica em relativos. Como correspondência a seus próprios determinantes estruturais tem de atuar como se não houvesse limites históricos a seu desenvolvimento, só existe como uma força ilimitada orientada a sua própria expansão.

É desta forma que a alienação entre produção e controle que é da natureza do capital fundamenta o conjunto de contradições vigentes no sistema, ao mesmo tempo, é esse um dos determinantes que tornam necessária a consciência para-si da classe antagônica ao capital para que haja qualquer chance de sucesso na superação desse sistema sóciometabólico.

Tratemos de outro conjunto de problemas, desta vez os que surgem inevitavelmente da ruptura entre produção e consumo, característica do sistema do capital, e forma ineliminável de sua reprodução metabólica.

Temos aqui uma questão que gera graves problemas para o capital. De um lado a produção é apenas uma parte da reprodução econômica da sociedade que se segue pela distribuição e consumo. Em modos de produção autossuficientes o consumo e a produção

possuem uma vinculação mediada por outros complexos como moral e etc.⁸, além das exigências reprodutivas, em suma, reproduzir a vida dos indivíduos.

A ruptura entre produção e consumo com vigência específica no sóciometabolismo do capital, no entanto, transforma a relação entre esses dois momentos em um antagonismo que não pode ser solucionado no interior dos moldes e da ordem sócio reprodutiva em questão.

Se por um lado o trabalhador é o produtor da riqueza social – mesmo com a insistência dos ideólogos em nos dizer que os capitalistas produzem toda riqueza – por outro lado ele é também o consumidor dessa mesma riqueza produzida. O sistema do capital em sua ascendência só pôde garantir sua existência e viabilidade reprodutiva conforme possuiu a capacidade de não só se expandir para a *totalidade extensiva*, isto é, para todo o globo terrestre, mas também pela sua capacidade de em seus parâmetros se expandir pela *totalidade intensiva*, primordialmente através da exploração pela forma da mais-valia relativa.

Ao mesmo tempo, isto demonstra o crescimento da importância da classe trabalhadora como consumidora, – crescimento este que é visualizável empiricamente no século XX – a reprodução fica cada vez mais hipotecada ao trabalhador adentrar como consumidor na esfera da circulação. As personificações do capital, mesmo com gastos astronômicos em mercadorias de luxo, com função de manutenção do sistema, não conseguem por si só manter a reprodução de forma a corresponder às necessidades reprodutivas do capital.

O Estado, além de cumprir seu papel totalizador, ajustando “suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital” (MÉSZÁROS, 2011: 110), tem que adentrar como consumidor direto sempre em escala crescente. Além dos gastos no provimento de necessidades reais, como educação, saúde e etc. torna-se cada vez mais necessário o dispêndio de quantias cada vez maiores para assegurar a reprodução, isto através

8 Aqui basta apontar a gigantesca discussão no interior do marxismo sobre a política como uma mediação ontológica do ser social, ou como um complexo que assim como o Direito, o Estado, a Propriedade Privada só aparece e só subsiste nas sociedades de classe. Cabe assinalar a discussão pelo seu caráter crucial, a supressão das mediações de segunda ordem impõe que outras mediações se desenvolvam tornando possível o sóciometabolismo em uma sociedade emancipada. A discussão se a política como um complexo da vida social constitui um complexo ontológico do ser social se divide entre autores para quem a política tem um caráter ontopositivo e outros para quem teria um caráter ontonegativo. Entre os primeiros se inserem autores como Gramsci, Lukács e no Brasil, até onde sabemos Ivo Tonet, José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. De outro lado, a posição de autores como Mézáros, Borón e no Brasil José Chasin e Sérgio Lessa. Aqui só remetemos a essa questão que não nos parece de pouca monta e pensamos que a concepção da ontonegatividade da política é mais fiel a concepção marxiana como aparece nas “Glosas críticas marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a reforma social” De um prussiano. Contudo, tal discussão precisa de um estudo histórico-genético, ainda não realizado.

não apenas da alimentação da burocracia político-jurídica, mas também do complexo militar-industrial, absolutamente perdulário, mas exigência reprodutiva do capital como atenuante da contradição entre produção e consumo. Veremos ainda como tal exigência liga-se inexoravelmente a taxa decrescente de utilização e a produção destrutiva.

O que cabe ainda salientar, é que tal situação só pode se sustentar, enquanto o desperdício de recursos, aliado aos gastos de Estado para fins da reprodução do capital só pode se sustentar enquanto os critérios – absolutamente cegos – de produtividade social forem atendidos, isto é, enquanto o Estado moderno puder contribuir para a reprodução e acumulação do capital.

A terceira contradição que constitui um defeito estrutural da ordem metabólica do capital é a dissociação entre produção e circulação. Aqui a contradição se desenvolve entre a irrefreável necessidade do capital de se afirmar como uma força global, como capital social total e a forma necessária do Estado ser a forma de Estado nacional com seus limites. A estrutura corretiva de comando político do capital fica confinada em face da necessidade do capital se afirmar globalmente.

As tendências que nascem dessa situação são, em primeiro lugar, a *taxa diferencial de exploração*, forma pela qual o Estado tenta resolver a contradição com o que o Mészáros chama de “duplo padrão”:

em casa (ou seja, nos países ‘metropolitanos’ ou ‘centrais’ do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração. (MÉSZÁROS, 2011: 111).

No entanto, esse “‘duplo padrão’ não se destina a permanecer como um aspecto permanente do ordenamento global do capital.” (MÉSZÁROS, 2011: 111). Segundo Mészáros ele:

[...] se limita às condições de ascendência histórica do sistema, enquanto a expansão e a acumulação tranquilas proporcionarem a margem de lucro necessária que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países metropolitanos, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo. (MÉSZÁROS, 2011: 111).

O Estado muda sua política conforme as condições variantes da acumulação e as necessidades de expansão do capital determinarem no seu curso histórico. O Estado aparece

como estrutura de comando político necessária aos processos do capital, e tem de responder objetivamente aos interesses da acumulação. Mesmo que em alguns momentos tenha de agir de forma invertida na relação com seu capital nacional com algumas medidas e nas pretensões internacionais com o quadro inverso.

As tendências intrínsecas do capital à centralização e concentração pelas próprias legalidades internas do seu processo reprodutivo são contra arrastadas⁹ por medidas paliativas do Estado visando a proteção da acumulação e manutenção de unidades produtivas viáveis, mesmo que isso contrarie as tendências de concentração e centralização em favor da força combinada do capital nacional total.

De outro lado, quando se trata do plano internacional, o Estado necessariamente tem de atuar fortalecendo e dando suporte ao seu capital, e não há nenhum interesse em restringir qualquer medida antimonopolista, opostamente, o Estado tem de adentrar a competição como força propulsora do capital, e nesse sentido o apoio político e militar tornam-se medidas corriqueiras para se vencer a concorrência monopolista no plano internacional.

Por isso:

No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da ‘diplomacia das canhoneiras’ – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. (MÉSZÁROS, 2011: 113).

Essa contradição entre a necessidade inerente do capital global total e o Estado nacional demonstra todo seu antagonismo quando observada a partir dos critérios da lei de *desenvolvimento desigual*, lei sob a qual a forma em que tal antagonismo vigora só pode ser destrutiva. Isto pois, dado seu imperativo cego de reprodução faz com que no próprio desenvolvimento do capital haja uma tendência inexorável a destrutividade, mesmo dentro dos parâmetros da ascendência histórica do capital. Isto é observável, por exemplo, no desenvolvimento das tendências à concentração e centralização com a qual o capital subjugou e devorou as unidades produtivas mais fracas.

⁹ Isto ocorre apenas na medida necessária aos imperativos reprodutivos, mesmo quando o Estado aparentemente está indo contra o capital, ou exercendo algum grau de “controle”, o que de fato ocorre é que a aparente contrariedade as tendências do capital pelas medidas estatais concorrem para a afirmação e a preservação do sistema sócio-metabólico do capital e não a sua negação. Daí que a estatização, entendida como medida “socialista” nunca passou de devaneio, justamente porque a depender do momento sócio-histórico, a estatização pode ser uma medida necessária ao capital. Mesmo quando o Estado põe políticas anti-monopolistas, ele não está negando as determinações do capital, mas afirmando necessidades históricas particulares da dinâmica reprodutiva do capital, necessidades que derivam da acumulação do capital.

A contradição entre produção e distribuição em Mézáros comparece na necessária contradição entre o capital transnacional e o Estado nacional. Tal contradição se desenvolve, dada a tendência – *necessária* – de expansão do capital, do impulso inerente a generalidade – mesmo que isso seja motivo de espanto para os “teóricos” da globalização – e o ineliminável caráter nacional do Estado.

O capital, mesmo hoje objetivamente universal, necessita do Estado, e conforme aumentam suas dificuldades de expansão (veremos com mais detalhes tais dificuldades no capítulo II) aumenta a necessidade deste.

A natureza do capital e sua forma de operar, e isso principalmente a partir da fase monopolista do capital, tornam a relação de dominação entre os Estados, e não só entre os Estados dos países capitalisticamente avançados e os países do chamado “Terceiro mundo”, mas mesmo entre os países hegemônicos, em oposição crescente. A era da “cooperação” entre Estados que constituiu a fase de ascendência histórica, torna o Estado o veículo mais potente da concorrência entre os capitais monopolistas para afirmar seu poder global.

As unidades econômicas fragmentadas, ademais que operem como um capital multinacionalizado, possuem em última e necessária medida a ligação com o Estado nacional, são nesse termo: transnacionais. A afirmação do capital sobre as necessárias áreas de expansão e acumulação – e isto ocorre pelo modo de expansão do capital se limitar hoje a *totalidade intensiva* – tem que irresistivelmente se apegar as possibilidades de expansão mediadas pelo Estado, seja na forma de guerras com suas múltiplas facetas; ao terror, a conflagração da “democracia” nos países “ditatoriais” e etc. seja na forma de dominação externa de regiões via acordos “diplomáticos”.

A “autonomia” do Estado frente as necessidades objetivas da reprodução sociometabólica do capital torna-se um sonho belo, uma ilusão com seguidores de fé. A crença na autonomia do Estado se esvai tão logo observamos a objetiva necessidade posta pela insuficiência de sua reprodução material, que só pode ser atendida para fora de suas fronteiras, as quais seu controle político é absolutamente limitado, independente de quão grandes possam ser suas forças militares.

Esse conjunto de contradições constituem os defeitos estruturais do Sistema do Capital. Defeitos que fazem parte da sua própria estruturação e são, nesta medida, limites absolutos.

Adiante retomaremos esse conjunto de contradições quando adentrarmos nos imperativos da crise estrutural em sua totalidade (tema tratado no segundo capítulo), ou seja, na interconexão entre as contradições vigentes do sistema sóciometabólico do capital.

1.3. Limites absolutos do capital

Como não iremos aprofundar a questão dos limites relativos, iremos começar apenas conceituando-os. Trataremos mais pormenorizadamente dos limites absolutos de modo que os limites relativos não serão tratados senão na medida do necessário. Parece, portanto, necessário apontar a diferenciação que Mészáros faz entre limites relativos e absolutos:

Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. (MÉSZÁROS, 2011: 175)

De outro lado “a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal.” (MÉSZÁROS, 2011: 175)

Mesmo no momento de ativação dos limites absolutos a estrutura causal fundamental do capital não pode ser questionada, o capital tem de necessariamente tratar sempre os efeitos e consequências deletérias do sistema do capital sem nunca tratar as *causas como causas*.

O modo de controle sóciometabólico do capital pelos seus próprios fundamentos não pode colocar em questão nem as determinações da temporalidade deste sistema e muito menos as limitações absolutas, estruturais. Essa dupla determinação pôde ser ignorada no período de ascendência histórica do sistema sem pôr em questão a estrutura do capital e sem causar maiores consequências para a humanidade.

Se a forma fundamental de desenvolvimento deste sistema metabólico tem como determinação interna o tratamento das questões do tempo sempre como o prolongamento do presente. O passado e o futuro devem ser tratados, dada a objetividade deste sóciometabolismo particular, como o prolongamento quantitativo das mesmas relações presentes. O capital só pode operar como a anulação da real temporalidade.

Tal determinação que se liga diretamente ao fato de se ignorar não só o tempo, mas inevitavelmente de tratar o *relativo* como *absoluto* e o *absoluto* como *relativo*. A estrutura causal do capital mantém-se se afirmando como a forma de sóciometabolismo absoluta da

história. Conforme a ideia de que o passado quanto o futuro são a extensão quantitativa do presente, aparece a determinação que a forma relativa e transitória de reprodução social sob o comando do capital seria na realidade absoluta e eterna.

O capital só pode ter como sua finalidade critérios de ampliação quantitativa, o seu imperativo expansionista significa que nos seus parâmetros está orientado à expansão quantitativa de suas relações. Isto significa que o capital não pode ter nenhum senso de limites históricos, nem mesmo aqueles sem os quais sua própria existência se vê impossibilitada.

É a partir de tal consideração que Mézáros nos diz que:

É assim que as mais profundas determinações causais do capital confinam as ações viáveis de correção do sistema aos efeitos e consequências estruturalmente assimiláveis, segundo a natureza do capital como inalterável *causa sui*. Com isso, elas também projetam a sombra da total incontrolabilidade quando a perversa derrubada do relacionamento entre relativo e absoluto já não pode mais ser mantida – tratar o *relativo* historicamente produzido e limitado (ou seja, a ordem estrutural do capital) como *absoluto intranscendível*, e as condições *absolutas* da reprodução sóciometabólica e a sobrevivência do ser humano como *relativo prontamente manipulável*. (MÉSZÁROS, 2011: 179)

Para retomar a crítica radical ao capital, Mézáros vai tomar as categorias de mediações em dois graus de abstração, irá desenvolver a diferenciação entre as mediações objetivas da reprodução social do ser social, aquelas categorias ontológicas sem as quais o ser social não poderia existir e irá desenvolver uma segunda ordem de mediações, as que historicamente se conformaram no desenvolvimento do sóciometabolismo do capital, e que correspondem a mediações alienadas.

Essa diferenciação é necessária para que possamos prosseguir com o raciocínio, isto porque é *mister* para compreender o conceito de crise estrutural do capital, e a *natureza do capital*, que tal diferenciação seja esclarecida.

Segundo Mézáros a dificuldade para compreender a natureza do capital consiste no fato de que “os aspectos históricos do modo de controle sóciometabólico do capital estão inextricavelmente entrelaçados em sua dimensão trans-histórica, criando a ilusão de que o capital paira acima da história. (MÉSZÁROS, 2011: 184).

Falaremos adiante sobre a categoria da essência, a substância e as relações entre a categoria de necessidade e continuidade. Contudo, aqui, cabe demonstrar como tal categoria

aparece e se confirma historicamente, isto porque “*a natureza do capital permanece a mesma tanto em sua forma desenvolvida quanto na subdesenvolvida*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011: 184). E pelo seu caráter histórico: “A identidade das formas desenvolvida e subdesenvolvida do capital só se aplica à sua natureza mais profunda, não à sua forma e a seu modo de existência sempre historicamente adaptados.” (MÉSZÁROS, 2011: 184)

Em suma, a natureza do capital só é compreensível em termos da “dialética objetiva da *contingência* e da *necessidade*, assim como do *histórico* e do *trans-histórico* no contexto do modo de funcionamento do capital.” (MÉSZÁROS, 2011: 184). É dessa forma que é possível entender como

[...] que sob certas condições, uma dada ‘natureza’ (a natureza do capital) se desdobre e realize – de acordo com sua natureza objetiva, com suas potencialidades e limitações inerentes – seguindo suas próprias leis de desenvolvimento [...], desde a forma subdesenvolvida até a forma da maturidade. (MÉSZÁROS, 2011: 184)

Dentro de tais parâmetros se afirmam aqueles já citados *limites* relativos e absolutos “dentro dos quais o poder sempre ajustado do capital se afirma *trans-historicamente*, através de muitos séculos. (MÉSZÁROS, 2011: 185).

A natureza do capital só pode ser compreendida se entendida como o surgimento da segunda ordem de mediações, pois segundo Mézáros a “constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações” (MÉSZÁROS, 2011, 188)

Interessa notar que a reprodução do capital está constantemente hipotecada a primeira ordem de mediações¹⁰, condição ineliminável de existência do ser social. Para nossos intentos vale mencionar rapidamente tais mediações.

A primeira mediação fundamental e sob a qual se assenta a forma de ser do ser social, é o trabalho. O trabalho é a única mediação entre homem e natureza e a sua estrutura é a protoforma de toda a atividade social.

10 A discussão sobre as mediações de primeira ordem tem sempre um caráter de universalidade. Como suas determinações sempre são as formas ontológicas de uma forma de ser, isto significa que metodologicamente, constituem sempre os momentos mais abstratos, donde as formas concretas assumidas na processualidade sócio-histórica sempre são momentos abstraídos até as determinações mais universais de determinação de uma forma de ser.

Constata Lukács que: “[...], a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade.” (LUKÁCS, 2013: 43)

E

em termos ontológicos, [...]: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõe o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013: 44)

Isto nos revela algumas questões, a primeira é que a estrutura do ser social está fundada neste ato teleológico primário; o trabalho. Relação que torna o homem igual e distinto da natureza. Segundo, que é nesta estrutura que se condensam complexos potenciais e as mediações metabólicas que se desenvolvem na totalidade social. No desenvolvimento do ser social e seu sóciometabolismo, existe uma tendência, como assinala Lukács, a reprodução ampliada, forma característica de reprodução desse ser.

O trabalho sempre remete para além de si mesmo, não temos espaço aqui para observar a estrutura do trabalho, contudo, essa observação permite compreender a tendência ao desenvolvimento humano como um desenvolvimento global, verdadeiramente genérico. E que no desenvolvimento histórico, o momento predominante cabe às forças produtivas, isto porque à reprodução ampliada, forma ontológica do trabalho, é cumulativa e sempre põe novas possibilidades e necessidades¹¹.

Para a existência do ser social como um ser objetivo, e seguindo os passos de Marx, “um ser não objetivo é um *não ser*” (MARX, 2015: 376), o imperativo do ser social é se objetivar, e o faz na história de maneira cada vez mais complexa. É por tal determinação que o ser social é um ser autoentificado, se autoconstitui como ser. Na medida em que se desenvolve,

11 Não podemos adentrar aqui na questão de como existe uma diferenciação entre o processo de trabalho singular, donde os fins estipulados pelos indivíduos concretos são fundamentais e na totalidade donde na universalidade do processo importam os meios que correspondem ao processo cumulativo.

tende necessariamente de desenvolver complexos que se autonomizam – sempre relativamente – do trabalho.

Nos importa fazer a breve exposição para observarmos como se desenvolvem as mediações de segunda ordem. O capital é uma alienação do ser social, ele “em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas.” (MÉSZÁROS, 2011: 188).

A sua história é a história da subordinação de todas as funções da reprodução social segundo suas próprias exigências de expansão e acumulação, como uma força alienada. Contudo, tais determinações exigem que o capital reproduza as mediações de primeira ordem, pensemos em como o processo de valorização liga-se irremediavelmente com o processo de trabalho, a relação entre valor de uso e o valor, que ademais de sua tentativa de se desvincular de seu “veículo material” permanece a ele – como sua condição de existir – ligado. Mesmo a forma de expansão ligada ao processo de reprodução ampliada do capital só pode ter vigência pela forma particular de reprodução do ser social, ou seja, a reprodução ampliada.

[...], o círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital é grandemente reforçado porque suas principais formas historicamente evoluídas [...] estão todas ligadas (ainda que de maneira alienada) a alguma mediação primária ou de primeira ordem da atividade básica produtiva/reprodutiva – fato esse perigosamente ignorado pelos socialistas. (MÉSZÁROS, 2011: 212)

Para observar como os traços constitutivos de uma ordem metabólica livre das mediações de segunda ordem alienadas do capital permanecem com suas determinações ontológicas, portanto universais do ser social, citemos o Mézszáros onde ele determina as condições de uma reprodução metabólica orientada pela “ontologia do trabalho” e da necessária comprovação de tais determinantes.

A parte decisiva dessa comprovação deve ser a reconstituição do próprio trabalho, não apenas como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo do processo de trabalho – um agente capaz de assegurar as condições escolhidas (em oposição às atuais, impostas de fora pela divisão social estrutural/hierárquica do trabalho) – de reprodução expandida sem as muletas do capital. (MÉSZÁROS, 2011: 201)

Pareceu-nos fundamental assinalar tal necessária relação, antes de adentrar nas questões próprias à produção destrutiva e a correspondente inadequação das mediações de segunda

ordem a reprodução social de modo a permitir o desenvolvimento do ser social no atual momento histórico. É imprescindível ter em mente o caráter ineliminável e fundante das mediações de primeira ordem em contraposição as mediações de segunda ordem, para que não nos percamos e confundamos as determinações ontológicas do ser social com as formas alienadas de sua reprodução sob a dominação e comando do capital.

O sistema do capital constitui-se como

um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sóciometabólico. (MÉSZÁROS, 2011: 188)

Retornemos a caracterização dos limites absolutos. Como já assinalamos antes, o capital não tem senso de limites históricos e tende a relativizar o que é absoluto. Dada a impossibilidade de tratar as *causas* como *causas* e o modo como o tempo e a causalidade são tomadas neste sistema sóciometabólico – mesmo na fase em que o sistema do capital ativa seus limites absolutos – este não pode ter alguma correção ou imperativo racional que possa contrastar com sua tendência destrutiva característica de sua decadência como sistema sóciometabólico.

E

[...], como as fundamentações causais responsáveis pela ativação dos limites absolutos desse modo de controle não podem ser discutidas, e muito menos adequadamente resolvidas dentro de tais limites, a correção de alguns dos problemas reais explosivos do espinhoso processo sóciometabólico tende a ser procurada de outras formas. Esta correção ocorrerá por meio da manipulação dos obstáculos encontrados, estendendo-se ao extremo as formas e os mecanismos do intercâmbio reprodutivo no plano de seus efeitos limitadores, hoje deplorados até pelos “capitães da indústria”. (MÉSZÁROS, 2011: 220)

Aqui não entraremos na forma como a apologética trata dos limites absolutos, Mézáros situa como limites absolutos 4 conjuntos de questões, sendo eles: (1) a contradição entre o capital *necessariamente* transnacional e os Estados *necessariamente* nacionais; (2) A emancipação das mulheres e sua impossibilidade dentro da ordem do capital (3) A eliminação das condições de reprodução sociometabólica (destruição da natureza) (4) Desemprego crônico (estrutural). Pelos imperativos de tempo focaremos nos 2 últimos conjuntos de questões citados que para Mézáros figuram como limites absolutos.

O tratamento dos limites será sempre tratado pela apreensão das mediações a partir da crise estrutural. A possibilidade de tal consiste em que

[...] esses limites absolutos, do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias não estão separados, mas tendem, desde o início, a ser inerentes à lei do valor. Neste sentido, eles correspondem de fato à “maturação” ou plena afirmação da lei do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital. E, *vice-versa*, pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais. (MÉSZÁROS, 2011: 226)

Devemos sinalizar que Mézáros trata de modo mais pormenorizado sobre os limites absolutos, os expondo de forma autônoma – e autônoma aqui se refere apenas a forma e não ao conteúdo – no capítulo 5 de Para além do Capital. Não tomamos tal caminho aqui porque o propósito de nosso trabalho é tomar a questão da crise estrutural e observar de que forma tais limites absolutos aparecem nesse contexto. Além disso, os limites de tempo para tamanha empreitada não possibilitou ir muito além. Focaremos, por conseguinte, nossa análise nos dois limites absolutos já assinalados: a eliminação das condições de reprodução sóciometabólica e o desemprego estrutural.

CAPÍTULO 2 - A Crise Estrutural do Capital

2.1. Ontologia e historicidade.

Neste momento, parece ter importância para a compreensão do fulcro teórico de Mézáros a discussão acerca de ontologia e historicidade tentando tangenciar a questão dos limites absolutos e dos limites relativos. Pondere-se que em Mézáros o conteúdo determinativo dos limites relativos no interior do sóciometabolismo do capital refere-se as crises cíclicas. Os limites relativos se caracterizam por possuírem no seu interior possibilidades de desenvolvimento das contradições de um tipo de ser, que se articulam em novas bases enquanto mantêm-se o mesmo ente determinado, a relação entre permanência e continuidade já é vislumbrada em seus vínculos na relação com as categorias de essência e fenômeno.

Podemos observar essa relação constante na reprodução intelectual que Marx faz do movimento da sociedade burguesa – e em sua expressão alienada: o capital – na forma interior

da obra, que procede rearticulando as contradições internas entre valor e valor de uso sempre em novas bases – todavia, o capital nunca deixa de ser capital enquanto seus conteúdos subjacentes se mantêm intocados independentemente das formas específicas que o capital assumia. Em suma, a sua essencialidade corresponde a permanência.

Podemos dar de exemplo o momento quando a contradição interna da mercadoria se externaliza [*aussern*] na oposição entre forma de valor relativo e forma equivalente. Passo a passo as contradições vão se repondo em novas bases sem que, contudo, o seu fundamento perca seu estatuto. Com isto a questão é: no ser como se põe essa reposição em novas bases?

Tal processo de superação [*Aufhebung*] denota em Marx a contradição que se eleva a novo patamar, fundamenta-se em novos elementos, e mantêm a contradição primária como momento subordinado dessa nova processualidade contraditória¹².

Sinalizemos como Lukács ao observar as determinações ontológicas do ser social adentra na discussão sobre a substância, discussão essa determinante para afirmar a radical historicidade do ser social, pois esse conteúdo que permanece no interior da mudança não pode ser fixo e imutável, se este fosse o caso toda a história estaria determinada desde sua gênese como queria Hegel.

Lukács afirma que:

[...], a substancialidade não é uma relação estática-estacionária de autoconservação, que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao contrário, ela se conserva em essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo. (LUKÁCS, 2012: 413)

Evidencia-se que a essência de uma processualidade sócio-histórica permanece na própria processualidade não como elemento fixo, mas participa na sua própria transformação. Os limites relativos a cada instante se movimentam no interior de uma forma de ser que tem na

12 Indiquemos aqui rapidamente como tal categoria aparece em Hegel. Para este *Aufhebung* consiste em 1) Elevação 2) Abolição, Anulação 3) Preservação. A diferença crucial é que em Hegel esse movimento lógico-dialético subsume os conteúdos ontológicos subjacentes. Lukács (2012), analisando a obra Hegeliana afirma existir em seu interior uma dupla ontologia. A primeira logicista, que encontra na supressão das formas ônticas pelo desenvolvimento do Espírito [Geist] seu momento fundamental, no qual a identidade sujeito e objeto é o conteúdo determinativo, e uma segunda chamada verdadeira que indicava para os conteúdos reais, ontológicos, eis a dualidade e a tensão existente em Hegel, vale notar aqui que é daí que surge seu idealismo. Para uma maior discussão desse tema é válido a leitura de Engels em *Dialética da Natureza* e Lênin nos *Cadernos filosóficos de Hegel*, além do próprio capítulo de Lukács sobre Hegel em *Para uma ontologia do ser social I*.

continuidade seu momento crucial, é a reposição em outras bases da mesma essencialidade, que ao se alterar, permanece como essência de um processo.

O que se denota é que esse ser determinado permanece enquanto tal com sua substância, seu conteúdo ontológico subjacente, este conteúdo altera-se e permanece na mudança. Essa categoria é o ponto nodal da historicidade do ser social. É esse fato ontológico que permite que um ser desenvolva-se em contradições postas sob bases mais amplas e que possua no interior destas um movimento, esse movimento possui uma direção que é determinada pelo momento predominante [*Ubergreifendes Moment*].¹³

É imperativo apontar para o fato que essa substancialidade precisa sempre manter em algum grau sua constituição primária, mesmo que se altere na processualidade e alargue até certa medida sua capacidade de permanência histórica, existem limites absolutos. Esses limites indicam a constituição última de uma forma de ser determinada, essas limitações ontológicas de um ser determinado constituem-se pela sua própria formação e estruturação interna. É necessário dizer que aqui, estamos observando apenas o ser social, um apontamento mais geral sobre o ser orgânico e inorgânico sairia muito do escopo e dos objetivos de pesquisa, contudo, sublinhemos que todo o ser possui uma determinação última, mesmo que possuam formas ontológicas distintas¹⁴.

13 Não é objetivo deste trabalho a análise das categorias que compõem o arsenal categorial de Marx, contudo, vale apontar onde tais categorias comparecem na obra. A categoria de “momento predominante” aparece pela primeira vez em *A Ideologia Alemã*. Como em Marx o método é um ontométodo, ou seja, existe uma prioridade ontológica do objeto sobre o sujeito cognoscente, isto significa que não existem regras ou procedimentos metodológicos que sejam exteriores a própria constituição do objeto. Em uma palavra, é o objeto que guia e dá ao pesquisador o seu modo particular de apropriação. Portanto, as categorias aparecem no interior da própria reprodução intelectual da realidade. Podemos dizer que elas se dão em níveis, onde um elemento tem prioridade ontológica sobre outro, isto porque a categoria de momento predominante, por exemplo, comparece em um nível maior de generalidade e abstração, assim como o de totalidade, mas são categorias ontológicas que estão sempre presentes nas formações sociais concretas. Para mais informações, vale a consulta ao artigo *Introdução ao método da Teoria Social* de José Paulo Netto que pode ser baixado no site www.pcb.com.br e dois artigos do Sérgio Lessa sobre ontologia e método que podem ser baixados em www.sergiolessa.com. Para uma discussão de maior fôlego, um bom trabalho se encontra em “Estatuto ontológico, Resolução metodológica” de José Chasin, “Dialética do Concreto” de Karel Kosik, “Método Científico: Uma abordagem ontológica” de Ivo Tonet e Lukács em “Para uma ontologia do ser social I” no capítulo “Princípios ontológicos fundamentais de Marx” e por fim em “Estrutura Social e Formas de Consciência I” e Estrutura Social e Formas de Consciência II” de István Mészáros.

14 A distinção entre Ser social, Ser orgânico e Ser inorgânico é uma das questões que oprimiu “como um pesadelo o cérebro do vivos”. O estudo dessa diferenciação e unidade última entre distintas esferas ontológicas encontra o tratamento adequado nos livros que compõem a Ontologia de Lukács, na esteira de Marx, onde tal discussão está pressuposta na discussão de todo caderno II e III dos Manuscritos econômico-filosóficos, Ideologia Alemã e em toda elaboração posterior de Marx, aparecendo com mais evidência no Capítulo V de O Capital Livro I onde trata o processo de trabalho.

Aqui é válido destacar algo muito interessante, mesmo que façamos um pequeno desvio, as determinações universais do processo histórico são fundamentalmente causais, e fundamentam, portanto, tendências histórico-universais, esse fato indica que a história não é um processo teleológico, embora as tendências histórico-universais sejam a articulação, a síntese de teleologias de indivíduos históricos concretos. Isto faz com que a história seja – enquanto a humanidade existir – infinita (no que tange a suas possibilidades) e desenvolva-se sempre em formações concretas e, portanto, finitas, donde existem limites absolutos.

Podemos agora dizer que uma estrutura social possui sempre uma limitação inescapável. Uma forma de ser ao encontrar com seus limites absolutos não pode avançar para além de sua própria constituição ôntica sob pena de tornar-se outro, isto é, romper a particularidade ôntica de sua forma de desenvolvimento ao “burlar” sua formação ontológica. Nas palavras de Mészáros, “todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2011: 216)

Sinalizemos com um exemplo simples: o processo de valorização do capital tem como mediação inescapável a produção do mais-valor, o controle do capital sobre o trabalho, a acumulação do capital e no processo como uma totalidade a reprodução ampliada do capital. Sem o trabalho produtor de mais-valor o capital perde seu conteúdo ôntico, deixa de ser capital, torna-se outra coisa, toda a processualidade do capital tem como um dos seus limites absolutos esse fato ontológico.

Aqui aparece a necessidade de esclarecer a diferença fundamental que Mészáros destaca entre capital e capitalismo. Tal diferenciação permite a apreensão da existência do capital mesmo antes da forma capitalista, quando não dominava a produção, e está é uma recuperação das próprias discussões de Marx sobre as formas pré-capitalistas e, principalmente as formas posteriores ao capitalismo, formas pós-capitalistas em que o capital, assim como na forma capitalista, se afirma como um modo de controle estrutural hierárquico de comando sobre o trabalho.

Como assinala Maria Cristina Paniago: “Em todo processo histórico-social, cada um dos momentos do capital se apresenta de forma variada, de acordo com as características das fases que marcam sua origem, desenvolvimento e maturidade plena.” (PANIAGO, 2012: 21).

Lembrando Marx em os *Grundrisse*, “o capital não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002: 711). A conclusão é simples, a essência é o *locus* da continuidade, fundamento que dá unitariedade ao processo, o fenomênico – que lembrando Lukács é a base onde as teleologias são produzidas – possui caráter de ruptura, de formas de manifestação que aparecem como formas imediatas e não relacionais da mesma processualidade. O exemplo é a aparência que as formas do capital tomam na imediaticidade, lucro, dinheiro, produtivo, fictício, obviamente que são todos capital, e seu conteúdo subjacente permanece na mudança das formações conforme desenvolvem-se no devir histórico-concreto.

Perguntando qual a essência, e no processo do ontométodo marxiano das duas vias¹⁵ ultrapassando tal nível fenomênico e alcançando a essência, torna-se então visível que tais manifestações são todas formas fenomênicas do capital, do modo de controle do capital que tem na mais-valia seu momento fundamental. Momento sem o qual o capital em nenhuma de suas formas subsiste, pois, seu conteúdo último é o mais-trabalho [*Mehr arbeit*].

Sinalizamos acima como a essência se transforma ao mesmo tempo mantendo-se como essência, um processo em que existe a identidade da identidade da não identidade. Isto é, processo no qual a essência torna-se distinta de si própria conservando-se ao mesmo tempo idêntica a si própria.

A essência do capital tem existência anteriormente ao capitalismo, como capital usurário, por exemplo, onde este ainda não domina o processo de produção e reprodução social. Contudo, o estudo histórico-genético¹⁶ do capital elucida sua natureza íntima e o seu desenvolvimento posterior.

15 Como já sinalizado acima o método marxiano é um ontométodo, Lukács denominou em sua ontologia dois aspectos desse ontométodo, primeiro é a análise histórico-genética, isto é, observar a estrutura originária de um fenômeno para compreender sua processualidade e transformações, e segundo (e sem nenhum grau de hierarquia ou cronologia nisto) a análise pela via abstrativa, donde se abstraem elementos de uma totalidade para chegar as desterminações mais simples e retornar a forma de manifestação agora com aqueles elementos já postos em suas conexões e mediações.

16 O estudo histórico-genético é parte constituinte do ontométodo marxiano. Para comentar de forma rápida, o estudo de qualquer objeto em Marx requer uma dupla abordagem, sincrônica e diacrônica, histórica e sistemático-categorial. Em Marx, diferente de todo o método científico moderno, é o presente que ilumina o passado e não o oposto, isto porque é só quando o que era tendência, o que existia como *potentia* se realizou – sem nenhum teleologismo, deixemos claro que em Marx não existe uma relação mecânica entre a categoria de essência, necessidade e ser como em Hegel, a essência pode e se desdobra com frequência em casualidades, está só demarca o campo das possibilidades objetivas da processualidade – que podemos observar e compreender em toda a efetividade do presente. A abstração é neste processo o ponto chave para superar o fenomênico e alcançar a essência do objeto já consolidado e desdobrado em suas tendências mais gerais e universais. Este processo é a descoberta

Mészáros nos diz que “todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau na história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos até milênios antes.” (MÉSZÁROS, 2002: 703). Se todos os aspectos do capital estruturado da forma capitalista já apareceram anteriormente, o que torna distinta a fase capitalista do capital das fases anteriores? A resposta é a articulação entre as suas partes, entre tais determinações que fundaram uma totalidade concreta que é a forma perfeita de desenvolvimento do capital: o capitalismo é o capital tornado em capital para-si.

Isto só pode ocorrer quando estavam dadas as possibilidades objetivas, ou seja, quando as forças produtivas atingiram um patamar de desenvolvimento que tornou uma possibilidade histórica o capital assumir o domínio do metabolismo social.

A significação do capital como a essencialidade do processo implica constatar que o capitalismo é uma formação social concreta que é modo de existência historicamente desdobrado pelo seu processo de desenvolvimento: o capital e o capitalismo são, portanto, fruto da relação histórico-transhistórico. São a articulação dos fundamentos ontológicos do capital em uma dada estruturação histórica, aqui tratamos a relação universal - particular. Em suma, existe uma invariabilidade do capital que constitui sua natureza íntima e as determinações mais essenciais de sua existência histórica, as suas universalidades. As formas concretas de seu desenvolvimento constituem seu modo particular de expressão a cada momento histórico, nesse sentido a relação do capital e as formas histórico-concretas assumidas em sua processualidade consubstanciam a relação histórico-trans-histórico. Contudo, é *mister* não esquecermos que existe uma interação recíproca, os fundamentos ontológicos transformam-se no interior de suas formas concretas de existência e vice-versa.

2.2. Os antecedentes da Crise Estrutural do Capital

A questão que queremos apontar, e que Mészáros busca compreender, é de que maneira as leis internas de desenvolvimento do capital em uma forma específica – a capitalista –

de determinações e mediações do próprio objeto, só então é que as categorias – que por isso são categorias ontológicas – vão aparecendo conforme se abstraem aspectos e chegando as categorias mais essenciais se inicia o processo de “concreção”, ou em outras palavras, se encharca o objeto com mais determinações encontrando outras relações até a reprodução da totalidade concreta do objeto. O estudo histórico-genético é tomar a gênese do objeto, para compreender a sua necessidade histórica, ou seja, porque tal objeto tornou-se objeto, como objetivou-se e qual a sua necessidade no interior desta totalidade em processo.

apontam os seus limites absolutos, sempre remetendo a constituição ontológica do capital em sua totalidade concreta. Pois é a essência do capital que indica as suas possibilidades objetivas.

Tais possibilidades objetivas de desenvolvimento do capital articulam-se em três esferas fundamentais que se determinam reciprocamente e são mediadas umas com as outras. As já citadas produção, consumo e circulação. Tais esferas – que possuem como momento predominante a produção – entendidas em suas dimensões ontológicas nos revelam como na processualidade sócio-histórica ao correr do século XX foi possível ao capital atingir um período de acumulação fundamentado na conciliação de classes e em salários altos para parte da classe trabalhadora europeia e norte-americana.

Obviamente que o capital nunca pôde universalizar tais “ganhos” para a classe trabalhadora em todos os países do globo, teve que confinar tais ajustes estratégicos a 9 países – contando com os E.U.A. O chamado Estado de Bem-Estar Social, ainda hoje sonho romântico de muitos de nossos sindicalistas e partidos políticos nos países de subdesenvolvimento forçado há muito tornou-se apenas ideologia (no sentido de falsa consciência), sem nenhuma fundamentação objetiva além dos próprios interesses de classes que a suportam.

Essas interconexões objetivas entre as esferas tornaram – e ainda hoje operam como legalidade intrínseca ao sóciometabolismo do capital – eficaz, por certo período, a relação de expansão que ensejou na determinação recíproca entre produção e consumo. De forma que as barreiras impostas à produção podiam encontrar sua superação pelo caminho da ampliação do consumo, isto feito através do pleno emprego e como fruto da identidade estrutural entre trabalhador e consumidor¹⁷.

O Keynesianismo correspondeu à fase em que a crise estrutural do sistema ainda não tinha vigência histórica¹⁸, obviamente que o fim da relação de amor das burguesias dos países capitalisticamente avançado com Keynes começa a declinar justamente com o início da crise estrutural, e dada a amplitude global desta crise que afeta o conjunto da vida social, é necessário revisitar o baú da decadência e tirar do fundo os apologistas mais cegos do capital: Hayek e cia.

¹⁷ Esclareçamos que tal identidade estrutural se refere especificamente às formas da formação histórica capitalista. De modo que o consumo é uma mediação necessária para a acumulação e para a reprodução ampliada do capital, o trabalhador ao correr do século XX tornou-se cada vez mais necessária para o consumo das mercadorias. É evidente que ao falar de identidade estrutural entre trabalhador e consumidor não estamos ponderando que haja uma relação de identidade entre trabalho e a alienação capital.

¹⁸ Aqui tivemos de optar por abstrair da discussão sobre o início da crise estrutural do capital, alguns autores afirmam que tal crise inicia já na década de 60 ainda sob os pés das políticas econômicas Keynesianas.

Se Keynes foi fundamental para o capital, pois vocalizou as necessidades da acumulação e da reprodução ampliada no momento de ascendência histórica do capital – e ainda no que tange a tentativa sem sucesso de superar as crises cíclicas e estabilizar o processo de acumulação para eternizá-lo – no atual momento, de decadência histórica, as necessidades do capital são vocalizadas pelo arsenal neoliberal fundamentado na teoria neoclássica¹⁹. Isto não significa de modo algum que aspectos da política econômica keynesiana não sejam aplicadas quando as necessidades cambiantes do capital necessitarem conforme os imperativos da acumulação.

Cabe aqui diferenciar os dois períodos históricos, na ascendência histórica foi possível que o capital se reproduzisse em condições onde as crises podiam ser superadas com a acumulação e reprodução ampliada correspondendo a natureza imanente do impulso à universalidade que enseja no interior do capital, em suma, ao capital se repondo com maior força e vitalidade. Mézáros constata que:

[...], não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crise de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. (MÉSZÁROS, 2011: 795).

As crises cíclicas correspondem a disfunções em uma parte do sistema orgânico que se difunde para as outras, gerando uma contração generalizada. Contudo, as outras partes afetadas sempre podem dar o impulso para a rearticulação e superação da crise que uma das esferas ensejou.

Mézáros sinaliza que:

“Ele [o sistema do capital, grifo F.L.] só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los” (MÉSZÁROS, 2011: 100).

Na crise estrutural do capital a situação se altera qualitativamente e a crise incide na totalidade da reprodução, não há mais impedimentos parciais que possam ser superados por outras esferas, as contradições entre as partes se elevam à normalidade da reprodução

19 Assinalemos rapidamente que Keynes não é cachorro morto, o capital se utiliza da sua teoria quando está se faz necessária ao processo de acumulação e reprodução do capital. Isto ocorre com sua mescla com outras políticas-econômicas neoliberais ou ainda nos países em que o Welfare State ainda possui um lampejo de existência. A tendência, sem dúvidas é a sua abolição até nos últimos países de capitalismo avançado.

capitalista. Desta forma, os mecanismos de rearticulação que eram vigentes na reposição do capital nas crises cíclicas se veem impossibilitados de resolver, mesmo que parcialmente, os problemas internos da reprodução.

É assim que para Mészáros,

[...], a partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas*, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo. (MÉSZÁROS, 2011: 799-800)

Tal antagonismo não permanece confinado aos limites da reprodução econômica. Ela relaciona-se diretamente ao Estado e com o fim das políticas sociais que deram ao trabalho algumas garantias, além de se universalizar para a generalidade das relações sociais. Mészáros cita que aquilo que particularizou o modo de dominação e controle sóciometabólico do capital sob o trabalho foi se constituir como uma força nunca antes vista na história, que pôde extrair o trabalho excedente tendo condicionantes de controle e dominação puramente econômicos²⁰.

Se essa força do capital de operar pelos condicionantes puramente econômicos correspondeu ao seu período de ascendência histórica, na atual fase essa forma particular vê-se cada vez mais impossibilitada e apresenta necessidades cada vez maiores de que o Estado capitalista lhe dê garantias políticas e jurídicas – que se traduzem na prática por um Estado sempre mais autoritário – que lhe assegure a acumulação.

O Estado moderno surge, segundo Mészáros, em *codeterminação* com a necessidade de manutenção do sóciometabolismo do capital e a seu inevitável antagonismo fundado na alienação do controle dos produtores. Assim, o Estado aparece pela necessidade de reprodução metabólica sob o domínio do capital para operar como uma estrutura totalizadora de comando político do capital que pudesse dar coesão as unidades fragmentadas do capital.

Esse caráter totalizador da estrutura centralizadora complementa na base material da reprodução do capital uma ausência que deriva da sua forma específica de ‘microcosmos’ com força desagregadora, isto é, as unidades econômicas singulares operam como uma

20 Assinalemos que o fato da extração do trabalho excedente possuir condicionantes puramente econômicos, não significa abstrair do processo o poderoso instrumento extra-econômico de manutenção e mistificação das relações econômicas do capital que é o Estado Capitalista e o Estado em suas formas pós-capitalistas, antes o que se demonstra é a importância sempre crescente do Estado inclusive na própria reprodução econômica.

potencialidade centrífuga, forças que operam umas contra as outras. Nesse sentido, a função social do Estado foi de se formar como uma estrutura política centralizadora que desse viabilidade a reprodução do capital.

Essas forças antagônicas que personificam o processo sóciometabólico, juntamente a própria forma histórica que assume o capital como força extratora de trabalho excedente, operando sempre como uma universalidade resultante da contradição entre as partes em concorrência torna o Estado uma necessidade insuprimível para o sistema do capital. Tal dimensão do sistema do capital impõe como necessidade uma centralização que não se encontra na própria esfera da reprodução socioeconômica.

É dessa forma que:

o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. (MÉSZÁROS, 2011: 110)

É assim que hoje, mesmo nos países capitalisticamente avançados, vemos o desenvolvimento da crise do Welfare State e a chamada crise da política democrática, que é apenas a manifestação da profunda crise estrutural do capital e a correspondente crise estrutural das formas políticas, jurídicas que atuam em *codeterminação*.

É evidente que o capital exerceu um papel civilizatório, mesmo que com contradições²¹, na sua ascendência histórica, fase na qual possibilitou o desenvolvimento humano, mesmo que de modo muito desigual, por exemplo a diferença radical empiricamente constatável entre os países capitalisticamente avançados e os de subdesenvolvimento forçado. Nesse momento de ascendência, segundo Mézáros, houve uma coincidência entre a reprodução ampliada do capital e a produção genuína.

Nesta fase histórica, o capital possuiu sua legitimação histórica no seu dinamismo produtivo e na chamada “destruição produtiva”. Hoje nós nos confrontamos com a produção destrutiva, e segundo Mézáros: “o sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d’être* e justificação históricas desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão”. (MÉSZÁROS, 2011: 801)

21 Citemos para exemplificar o processo contraditório a alienação, a desumanização, a barbárie, na forma do colonialismo e do neocolonialismo, das duas guerras mundiais e etc.

Não podemos nos ater a um estudo longo sobre o desenvolvimento do capital nos anos que correspondem ao estado de bem-estar social²² e, portanto, aqui falamos do processo apenas em seus traços mais gerais para delinear os antecedentes da crise estrutural, mesmo que de forma rápida. Nos ateremos em seguida aos imperativos da crise estrutural do capital.

2.3 Fundamentos da Crise estrutural do capital

A subordinação de todas as necessidades humanas e de toda a reprodução social aos seus imperativos pela mediação do trabalho assalariado foi o “pulo do gato” na história do capital. A riqueza tornada fim em si, os imperativos alienados do capital dominando todo o processo sóciometabólico e a alienação do conjunto da reprodução social que se seguiu fundaram a disjunção das necessidades humanas da produção da riqueza, bem como em nosso tempo histórico a ativação dos limites absolutos dessa forma alienada de reprodução social.

O capital pôde historicamente exercer seu papel civilizatório pela correspondência interna entre as condições de sua valorização, e as formas necessárias de intercâmbio produtivo nas quais necessariamente tinha que encarnar. Disto deriva objetivamente a potencialidade do capital de desenvolver forças produtivas historicamente, dada a sua dinâmica interna necessariamente expansiva. A potencialidade acumulativa e tal expansão se ancorava imediatamente na produção da riqueza material e ao aumento constante desta com finalidade de diminuir o tempo socialmente necessário e aumentar a lucratividade dos capitais particulares.

Foi dessa forma que o dinamismo produtivo do capital pôde operar um papel civilizatório – isto não significa que tal papel tenha suprimido as condições alienantes de seu desenvolvimento – conforme sua ascendência histórica. A tendência interna ao próprio trabalho é sempre ir além de si mesmo como já dissemos, capacidade potencializada pós-Revolução Industrial, e que abriu a possibilidade de desenvolvimento do capital.

Nunca é demais assinalar que o capital se desenvolveu sempre – e só pode ser de tal forma porque é fundamentalmente trabalho objetivado alienado – a partir das possibilidades objetivas do ser social, isto implica dizer que é só pela qualidade ontológica do trabalho remeter

²² Para um estudo sintético, mas muito interessante do WelfareState, o livro de Sérgio Lessa: *Capital e Estado de Bem-Estar Social* é de grande ajuda.

para além de si que o capital pôde existir como uma forma extratora de trabalho com seu dinamismo produtivo. Obviamente, não devemos cair no erro de ponderar uma identidade entre trabalho e capital como fazem os “Críticos do Valor”, que terminam por trocar unidade do diverso por identidade dos contrários, se apegando ao último e apagando o primeiro, como se na identidade não houvesse uma relação de não-identidade presente.

No outro extremo, não devemos cair no mar e nos afogarmos na ingenuidade do pensamento que tende a ver uma relação de plena identidade entre relações sociais de produção e forças produtivas. Mesmo que no curso histórico do capital ele tenha gerado para si forças produtivas que tornando-se forças destrutivas sirvam só a seu desenvolvimento, ainda aqui é o capital adentrando o próprio metabolismo homem - natureza e radicalizando a alienação.

A subordinação de toda necessidade humana à valorização do capital, o metabolismo do homem com a natureza, assim como a relação deste com as suas condições objetivas de produção tornam-se tão alheias que os indivíduos não podem perceber as suas próprias relações como relações genéricas. Como sinaliza MéSZÁROS, as condições materiais da reprodução e autorreprodução dos indivíduos “[...] agora pertencem a um ‘ser estranho’ reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição” (MÉSZÁROS, 2011: 611) E é assim que “a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera ‘condição material de produção’. O ‘ter’ domina o ‘ser’ em todas as esferas da vida.” (MÉSZÁROS, 2011, 611).

Eis a oposição que o capital cria do sujeito com ele mesmo, de modo que a fragmentação de sua vida se opera através da divisão entre público e privado, entre a sua vida *produtiva* e a sua circulação em todos os espaços da vida social, a absoluta fragmentação de sua personalidade. A sua atividade produtiva aparece como uma abstração, já que o indivíduo passa a ser unilateralizado pela sua atividade produtiva e reconhecido só a partir desta, no entanto, tal abstração se fundamenta no bolso e em seu conteúdo, ou na falta de conteúdo, já que a atividade produtiva não pode ser vista – dada tal alienação – como uma parte constituinte do processo de humanização. Isto pela sua unilateralidade e por ter como objetivo primeiro e último a consecução dos objetivos alienados, i. é., recolher em seu bolso uma quantidade mínima, na forma de trabalho objetivado (nesta relação específica na forma-dinheiro), para assim ter seu reconhecimento como indivíduo, absolutamente abstraído de qualquer traço de personalidade individual – questão absolutamente secundária na sociabilidade do capital. Nesta forma de

sociabilidade o reconhecimento do indivíduo só existe na medida em que este se comprove como “*consumidor manipulado*” de mercadorias, assim como o trabalho ou atividade produtiva opera-se como simples mediação para o bolso, donde despojar-se de seu conteúdo humanizador e genérico.

Mészáros observa que existe nesse marco uma forma de produção social que funda-se na produção da riqueza como a finalidade única do processo – riqueza essa sempre alienada e reificada. De outro lado, qualquer sistema sóciometabólico alternativo ao sistema do capital deve não apenas se guiar pela produção dos valores de uso, mas precisa ser estabelecido com a alteração radical das finalidades objetivas da forma de reprodução. É assim que ele sinaliza que a produção da riqueza tem que ter seus polos invertidos e a finalidade ser tomada com a riqueza da produção. E é assim que

na visão de Marx, a diligência humana de ser orientada para a *riqueza da produção* (isto é, ‘a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. do *indivíduo*’) e em direção a uma cada vez mais rica – mas, claro, não em um sentido estritamente material da riqueza – autorreprodução dos *indivíduos* sociais como um fim-em-si-próprio conscientemente adotado. (MÉSZÁROS, 2011: 613).

Nesse sentido, a reorientação radical da produção não passa pelo mero deslocamento quantitativo de forças produtivas reorientadas, mas alterações qualitativas na consideração das realizações produtivas. Já assinalamos que a forma quantitativa de tratar tanto a produção, quanto o próprio metabolismo do homem com a natureza é própria e intrínseca ao sistema do capital, já que este só existe como reiteração quantitativa de si próprio. A quantificação domina a dimensão qualitativa do processo de produção, isto pois a qualidade torna-se apenas meio para finalidades externas a sua própria consecução.

É assim que os valores de uso sob a forma do capital perdem não só qualquer requisito de qualidade do ponto de vista da própria produção, mas que além de tudo as necessidades humanas são absolutamente reificadas de tal forma que a relação entre suas necessidades e seu consumo efetivo sob o sóciometabolismo do capital tornam-se uma oposição. Seu consumo já não corresponde às necessidades reais de desenvolvimento individual, primeiro porque o capital pelas suas necessidades reprodutivas cria uma dimensão de mercadorias de “luxo” e de mercadorias que possuem função social apenas nos marcos do próprio capital. Para exemplificarmos basta pensarmos na produção de armas com seu caráter irracional ou na produção de carros de luxo. Segundo, porque tais mercadorias concorrem para a reprodução do

próprio sóciometabolismo do capital e suas finalidades, pensemos na unilateralidade dos indivíduos e o celular com sua função de comunicação, que torna-se um imperativo dentro da sociabilidade burguesa pela diminuição do tempo em face do aumento da velocidade de rotação do capital, e assim a opção viabilizadora de “organizar” o cotidiano face os imperativos do capital.

O rearranjo das condições de reprodução metabólica depende fundamentalmente da superação do fetichismo da quantificação dominante na reprodução sóciometabólica do capital, isto só torna-se possível com a superação radical do capital e uma forma conscientemente orientada de reprodução social, de modo a retirar da reprodução qualquer imperativo cego e meramente quantitativo.

O sistema do capital rompe no seu devir a relação entre produtividade e necessidade, e tem de afirmar a primeira em detrimento da segunda, subjuga a produção de novas necessidades e dos meios para satisfazê-las à pura finalidade da reprodução quantitativa da riqueza. E assim:

Remove – como deveria – não apenas as determinações *limitantes* da produção orientada-para-a-necessidade, mas simultaneamente também a possibilidade de *controlar* as tendências destrutivas que emergem da dominação total da qualidade pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital. (MÉSZÁROS, 2011: 615)

Contudo, o capital nesse romper as limitações da autossuficiência, da unitariedade entre produtividade e necessidade, abstraiu as potencialidades omnilaterais dos homens, e os reduziu a tempo quantificado, à pura *carcaça de tempo*.

Se a mera *quantidade* do trabalho funciona como medida de valor sem qualquer consideração para com a *qualidade*, isto pressupõe que o trabalho simples se tornou o pivô da indústria. Pressupõe que o trabalho foi equalizado pela *subordinação do homem à máquina* ou pela extrema divisão do trabalho; que os *homens são obliterados pelo seu trabalho*, que o pêndulo do relógio se tornou uma medida tão acurada da atividade relativa de *dois trabalhadores* como o é da velocidade de *duas locomotivas*. Portanto, não devemos dizer que a hora de um homem vale a hora de outro homem, mas, sim que um homem durante uma hora vale tanto quanto outro homem durante uma hora. Tempo é tudo, o *homem é nada*; ele é, na melhor das hipóteses, *carcaça do tempo*. A *qualidade* não mais importa. A *quantidade* sozinha decide tudo; hora por hora, dia por dia. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011: 615).

Tal é a redução reificada sofrida pelos homens no modo de produção capitalista. Sob o comando do capital o sujeito é absolutamente descaracterizado, suas qualidades são abstraídas de sua vida, de seu ser enquanto criador, como atividade produtiva, enquanto que a hora de um

homem não equivale a de outro homem, mas sim que ambos se equivalem por sua externalidade, pela objetividade reificada que criam, é a abstração de suas qualidades que prepondera nessa relação, portanto não é a hora de um homem que equivale a outro, mas os homens que abstraídos da relação valem tanto quanto o outro frente ao tempo, como meras “*carcaças do tempo*”.

Se a alienação fundamenta essa abstração das qualidades dos indivíduos que trabalham, os capitalistas não estão mais imunes, mesmo que tal alienação seja vista como sua potência histórica como classe, enquanto para a classe trabalhadora ela apareça como maldição. Os capitalistas são unilateralizados em sua função de personificação do capital, desenvolvem-se conforme os imperativos reprodutivos deste. Mesmo a apropriação da cultura produzida pela burguesia em sua fase de ascendência histórica torna-se um problema e, assim a burguesia se apropria da decadência histórica que se aprofunda quando adentra a crise estrutural do capital.

Se por um lado, a burguesia não se apropria da riqueza de objetivações criada pela humanidade por sua particularidade de classe e o desenvolvimento decadente de sua classe, o proletariado e a classe trabalhadora terminam por cada vez menos, pós-1970, retomar a riqueza produzida pela burguesia em sua fase de ascendência como seu conteúdo e tomar para si os ganhos da cultura ilustrada.

Isso ocorre primordialmente porque o capital impõe um ritmo e contradições cada vez mais intensas, donde mesmo as necessidades mais básicas devem ser constantemente relegadas ao segundo plano. Tal situação se torna observável tão logo constatamos a divisão entre trabalho produtivo e não produtivo e seu desenvolvimento necessário na crise estrutural.

O trabalho produtivo sob o comando do capital sempre esteve orientado para a máxima autovalorização possível do capital, e como assinalou Marx em *O Capital*: “Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e, com isso, necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. ” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011: 617). Tal condição tornou necessário que tão logo o capital tivesse a possibilidade, contratasse trabalhadores para vigiar o processo de produção, tornando o trabalho produtivo e o não produtivo as duas faces do processo de produção capitalista, ambas necessárias.

Tal contradição se desenvolve de forma que o trabalho não-produtivo tornou-se historicamente queimador de riqueza. E a sua crescente necessidade para a reprodução do

sóciometabolismo do capital é um traço da crise estrutural. Sendo necessária a manutenção de parcela da humanidade exercendo atividades de controle que condizem unicamente às necessidades mais elementares do capital, deixando de lado qualquer vinculação com as necessidades humanas. Tais funções servem fundamentalmente à reprodução do capital, tanto no que tange a produção e seu controle, quanto na realização das mercadorias com finalidade da acumulação do capital.

Tais funções não produtivas correspondem a uma determinação sem a qual o capital não pode subsistir. Historicamente o capital sempre lutou para diminuir tais funções, contudo a contradição entre produção e controle e produção e consumo fazem com que conforme a totalidade intensiva do capital vai se tornando a única possibilidade de expansão do capital, a manutenção do trabalho não produtivo se torna mais necessária para o consumo e mais desnecessária para a produção.

Mészáros sintetiza da seguinte maneira:

[...], além de um certo ponto do desenvolvimento capitalista, [...], as mudanças quantitativas na extensão da dimensão não produtiva se convertem em um redimensionamento *qualitativo* de toda a estrutura. Como resultado, o funcionamento dos constituintes genuinamente produtivos se torna cada vez mais dependente da manutenção e do crescimento posterior dos setores *parasitários* – dos quais um número crescente de pessoas depende para seu sustento, enquanto outros dependem destes na qualidade de consumidores dos seus produtos –, desse modo aumentando paradoxalmente as contradições do complexo global também ao oferecer remédios às suas disfunções mais ou menos abertamente reconhecidas. (MÉSZÁROS, 2011: 618).

Vêm à baila as contradições do sistema do capital, a necessária manutenção do trabalho não produtivo conforme as necessidades de controle do processo de trabalho confrontam as necessidades acumulativas do capital que no curso histórico de seu desenvolvimento se tornam cada vez mais difíceis, primeiro dado o investimento cada vez maior na produção, o que limita necessariamente os gastos com salário para os trabalhadores não produtivos.

Lembremos que esses trabalhadores constituem geralmente o que chamamos de “aristocracia operária”²³ e a burocracia estatal, de outro lado a burocracia parlamentar a quem, por outros meios, o capital agrega a sua “folha de pagamento” para o controle mediato da força

23 O termo foi originalmente cunhado por Lênin. Refere-se as camadas da classe trabalhadora que passam a ganhar maiores salários e a participar da institucionalidade burguesa negociando com a utilização dos instrumentos sindicais e partidários.

de trabalho. A implicação desse conjunto de questões não pode ser superada dentro dos limites do sistema do capital. Primeiro porque o crescimento e a expansão da “produção de riqueza” nesse sistema, significa ampliação da mais-valia e essa ampliação não significa superação da contradição entre trabalho produtivo e não produtivo. Segundo porque o potencial libertador da produtividade crescente do trabalho não significa de fato libertação, mas é “nulificado pelo crescimento cancerígeno dos ‘falsos custos’ de controle a serviço da dimensão exploradora” (MÉSZÁROS, 2011: 618). Quando não o significado é desemprego e pauperismo.

O capital não possui nenhum senso de humanidade, assim como o capitalista não vê em sua produção a necessidade e o uso, não cria o valor de uso tendo-o por finalidade. Este valor de uso é um meio para a finalidade da acumulação de seu capital, tal conteúdo mesquinho se liga a absoluta incontrolabilidade do capital pelo sujeito capitalista em face de sua produção, a qual espera vender. Tal venda possui o mesmo critério abstrato da relação do sujeito com a sua produção, a relação é travada sem nenhuma relação consciente do capitalista com a produção, o produto social e o seu uso são determinados pelo pseudo-sujeito capital.

A relação do capital com a crescente produtividade do trabalho constitui-se de outro lado, como a negação do *tempo disponível* como tal, a incorporação do trabalho supérfluo, com toda a carga desumanizante é assumida como o único caminho do capital, ademais que tais funções sejam supérfluas do ponto de vista da reprodução metabólica do homem com a natureza²⁴ e apareçam como necessárias a humanidade no interior do sóciometabolismo do capital.

A conclusão inevitável do sóciometabolismo do capital segundo Mézáros é: “*produção como finalidade da espécie humana*” desde que limitada à “*riqueza como a finalidade da produção*”, sinteticamente, o capital como finalidade, a subordinação do valor de uso e das necessidades humanas à reprodução do capital pela mediação da orientação a expansão do valor de troca.

Tentemos desdobrar essa questão fundamental. A relação entre produção, necessidade e uso constitui uma unidade indissolúvel. Em outras formas de sóciometabolismo a articulação entre produção e necessidade é direta e consciente, são momentos mediados pelas necessidades

24 Sempre que falamos de trabalho supérfluo falamos da atividade necessária a reprodução do capital sem a necessária relação metabólica do homem com a natureza, e o trabalho excedente não necessário a satisfação das necessidades humanas.

que brotam da própria vida cotidiana dos indivíduos e que socialmente respondem a partir das suas condições reais de produção, sem tal intercâmbio necessário entre produção, necessidade e por conseguinte uso, a reprodução metabólica do ser social seria impossível.

Ressaltemos que em tal unidade as condições de produção dos indivíduos sociais fazem parte de seu “corpo”, são o que Marx chamou de “corpo inorgânico do homem”. São os meios pelos quais os homens satisfazem as necessidades desenvolvidas pela própria atividade de trabalho a cada momento histórico.

Na sociabilidade do capital tal unidade é fraturada, tanto a produção aparece como momento alheio e externo aos indivíduos, como as suas necessidades são subordinadas aos imperativos objetivos de reprodução do capital.

Se o assalariamento de um lado aliena e separa trabalhador e meios de produção, ele assim também retira do indivíduo social o controle de sua vida, da sua produção, ao mesmo tempo a impossibilidade de produzir conforme suas necessidades e para seu uso é retirada do horizonte. De outro lado, as mercadorias produzidas “não podem emergir diretamente do processo de produção como *valores de uso relacionados à necessidade*. ” (MÉSZÁROS, 2011: 624). Elas antes ganham o conteúdo alienado para que possam se realizar como valores e serem tomadas como valores de uso. Eis que a reprodução global do capital depende de reproduzir sob forma “remendada” e alienada a unidade rompida entre produção e necessidade.

Obviamente que o conteúdo de tal relação torna-se aquele conteúdo abstrato e homogeneizador, que abstrai as próprias relações entre os indivíduos como compradores e vendedores. A unidade entre produção e necessidade é reconstituída pelo artifício do trabalhador como elo entre os dois momentos, de modo que a realização encontra no trabalhador seu personagem principal. A ruptura entre trabalho e meios de trabalho e a apropriação tendo como mediação a realização terminam sendo a base material indispensável do sistema do capital. O primeiro momento priva o trabalhador de qualquer influência no processo de decisão sobre a produção, aparece a ruptura entre produção e necessidade, o segundo momento subordina em absoluto o trabalhador ao capital, já que a sua única possibilidade de autorreprodução é adentrar na relação abstrata do capital.

A situação sob o capital avança ao ponto que a divisão funcional do trabalho com seu caráter horizontal, retira da produção do trabalhador qualquer relação com a necessidade, a produção destes é fragmentada, e sob a qual não há controle, além desta determinação, mesmo

a posse da força de trabalho dos trabalhadores não constitui valor de uso para si, mas apenas para o capital, donde a subordinação estrutural do trabalho se mostrar com toda força.

O capital opera assim uma homogeneização²⁵ dos processos de produção, com a desumanização inerente a tal processo. Neste curso, a homogeneização – e aqui falamos do conteúdo do valor ao qual a força de trabalho é equalizada em sua característica de mercadoria – opera uma mediação que sustenta a oposição entre os dois momentos, os quais o capital necessariamente torna em um antagonismo, a saber, o da produção e consumo. De modo que a realização é um momento da produção e a produção um momento da realização pela mediação do trabalho “mercantilizado”.

O que é visível é a predominância do capital se impondo sobre as necessidades e homogeneizando todos os conteúdos das relações. A remendada unidade entre necessidade e produção aparece sob a forma da reprodução do capital subordinando o conjunto do trabalho aos seus imperativos, as necessidades reprodutivas do capital são postas sobre qualquer necessidade humana. Conforme Mézáros: “O que agora conta como ‘necessidade’ não é a necessidade humana dos produtores, mas os imperativos estruturais da própria valorização e reprodução do capital.” (MÉSZÁROS, 2011: 628)

Os fundamentos estruturais da crise estrutural do capital fazem parte do seu sistema desde sua gênese – e isso não implica nenhum determinismo de que o único caminho histórico possível era o seguido no curso histórico efetivado – e quando as forças produtivas transformam-se em antagônicas as relações sociais de produção, ativando todos os limites absolutos do capital, temos a crise estrutural iniciada.

Em nosso marco, os anos 70 correspondem a tal antagonismo, que fundamenta todo o conjunto de contradições desde os “microcosmos” até os “macrocosmos”.

2.4. Produção destrutiva e taxa de utilização decrescente

Se em sua ascendência histórica a destruição produtiva predominou, e o dinamismo interno do capital foi o responsável por solapar qualquer forma de metabolismo, se

25 Vale a pena citar como Lukács trata a questão da homogeneização em sua *Ontologia do Ser Social*. Primordialmente quando aponta que o processo de trabalho sob o comando do capital com uma extensa divisão funcional do trabalho desantropomorfiza o processo de trabalho e por mais que não consiga nunca extinguir o processo de exteriorização, o diminui consideravelmente. Os produtos do trabalho terminam tendo pouco da individualidade (personalidade) do indivíduo produtor. Essa questão é muito bem detalhada por Gilmaísa Macedo da Costa em *Indivíduo e Sociedade: Sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. E na própria fonte em *Para uma Ontologia do Ser Social II* em especial capítulo II – *Reprodução Social*.

universalizando sobre todo o globo terrestre, aqui o caráter se inverte absolutamente, a produção destrutiva passa ser a única forma de reprodução metabólica possível sob os marcos da forma alienada e reificada do capital com seus imperativos fetichistas.

Dada a sua absoluta cegueira quanto a causalidade e o tempo fundamentado em sua forma de existência e modo de controle como já visto na parte 1.3, o capital, pela sua forma de reprodução não pode ter senso de tempo histórico, a sua reprodução é seu próprio pressuposto, eis a sua aparência de movimento ilimitado e seu caráter expansionista apoiado na quantidade com suas potencialidades destrutivas.

A produção destrutiva se deu no interior do sóciometabolismo do capital dada a necessária queda do *tempo de trabalho socialmente necessário* tendo como finalidade a maximização do trabalho excedente e o aumento da mais-valia, neste caso sob a forma relativa²⁶. O maquinário antes de ter se desgastado e reproduzido todo seu valor era trocado por outro com maior rapidez e poupador de trabalho vivo. Além de tal determinação, o consumo poderia ocorrer em períodos mais ou menos largos, portanto, sem a necessidade de solapar em absoluto a utilidade e a qualidade das mercadorias.

É óbvio, como pondera Mészáros que o modo de produção capitalista seja inimigo da *durabilidade* e “deva minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade.” (MÉSZÁROS, 2011: 636).

O tempo de trabalho total para a produção dos bens necessários a reprodução da sociedade é uma questão em qualquer sistema sóciometabólico. E igualmente, mesmo no sistema do capital com seus imperativos fetichistas, o trabalho social tem que ser dividido entre a produção de “bens duráveis” e “bens de consumo”.

Contudo, como toda a reprodução metabólica no sistema do capital subordina-se à reprodução ampliada do capital, a relação em que se desenvolve a produção de tais bens necessariamente se liga ao problema da realização e da rotação do capital. O primeiro problema fundamenta-se na necessidade de produzir um quantum de mercadorias que possa ser realizado. E na crise estrutural do capital a relação entre as forças produtivas desenvolvidas, juntamente a sua composição orgânica elevada e a correspondente exclusão do trabalho vivo, tornam a

26 Na ascendência histórica do capital a mais-valia absoluta predominou por certo período e não deixou de operar mesmo quando a forma relativa já se consolidava como forma dominante, é interessante apontar que não existe um princípio de exclusão entre ambas, as formas podem existir conjuntamente em um mesmo processo de trabalho.

realização um problema grande, una-se a isso a saturação de bens duráveis e tem-se uma contradição explosiva.

Diante de tal quadro, a concomitante impossibilidade de expansão para a totalidade extensiva, a extensão do capital em sua ubiquidade global, a impossibilidade de atentar contra sua lógica reprodutiva na ampliação da produção dada a saturação do mercado e a sua tendência à elevação da composição orgânica e da redução do tempo de trabalho necessário, leva o capital a duas medidas fundamentais.

A primeira é acelerar o tempo de rotação do capital, isto ocorre pela aceleração da *taxa de utilização decrescente* sob o desenvolvimento do capital. Com a obsolescência programada e a qualidade solapada deliberadamente o capital aumenta sua taxa de rotação, ao mesmo tempo implementando a utilização de recursos para acelerar o tempo de produção dos bens alimentícios. Para tal operação o capital tem que tomar o caminho da quebra da barreira temporal da produção e do consumo, o crédito e a especulação financeira e a correspondente forma fictícia do capital são a expressão aguda das necessidades de aceleração da rotação do capital para manter seu metabolismo sem uma superprodução de mercadorias que não possa ser remediável, já que a superprodução é uma constância insuprível do modo de operar do capital em sua crise estrutural.

A produção destrutiva aparece como condição de reprodução do capital. As alterações qualitativas dos valores de uso orientados para reprodução do capital tomam a faceta das necessidades do capital, necessidades avessas as reais necessidades humanas. Assim é que a produção alimentícia é bruscamente alterada para comprimir o tempo de rotação do capital. No campo a manipulação genética se faz presente com o mesmo intuito. Ao mesmo tempo se suprimem qualidades necessárias, as qualidades da própria reprodução orgânica, suprimidas de sementes a fim do controle do capital se estabelecer sobre as fontes alimentícias.

Nos bens duráveis, sua durabilidade é atacada até tornar-se um artigo desnecessário em pouco tempo, para que possa enfrentar a saturação do mercado, o capital precisa pressionar a taxa decrescente de utilização até o ponto de criar um “oceano” de mercadorias que nem mesmo tiveram seu tempo de utilização esgotado ou que tiveram seu tempo de utilização radicalmente minado. As condições metabólicas de reprodução social são assim degradadas até os limites últimos colocando em risco a própria existência da humanidade e das suas condições metabólicas.

A saturação do mercado e a decrescente quantidade de trabalho vivo na produção concomitantemente aos problemas da reprodução trazem à tona o mais dinâmico consumidor que o capitalismo criou no seu desenvolvimento histórico, o complexo militar-industrial. A produção de armamentos suprime em absoluto a necessidade de realização, o consumo se concretiza na própria produção como sinaliza Mészáros:

[...], o 'capitalismo avançado' também inventa um tipo de produção – centrado em torno do complexo industrial/militar – em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. Ao mesmo tempo que se consomem destrutivamente, na sua produção, imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias 'consumidas' já no momento e, que atravessam os portões das fábricas. (MÉSZÁROS, 2011, 640)

Isto só pode ocorrer porque na

estrutura desse sistema, não pode haver critérios objetivos quanto ao tipo de metas produtivas, a serem adotadas e perseguidas, e quais outras poderiam, a longo prazo, revelar-se bastante problemáticas. Além disso, a ausência de critérios não é de modo algum acidental, pois, enquanto os limites do sistema do capital não forem atingidos, a questão de divisar uma alternativa ao “aumento das Necessidades da vida sem Necessidade” parece ser totalmente desprovida de qualquer significado prática. (MÉSZÁROS, 2011, 656)

A produção destrutiva é viabilizada a partir desse conjunto de questões que nos marcos do sistema sóciometabólico são insolúveis e que colocam para a própria humanidade a possibilidade absolutamente real de sua extinção. Ocorre a necessária destruição – para a manutenção do sistema sóciometabólico do capital – das condições de reprodução sóciometabólica a fim da reprodução ampliada do capital.

A destruição das próprias forças produtivas que serviram historicamente para a reposição do capital em novos patamares de acumulação a partir das crises cíclicas no momento em que se abre a crise estrutural do capital passam a operar continuamente como condição da reprodução do capital.

CONCLUSÃO

Tal constatação nos leva ao que Rosa Luxemburgo enunciou em meados da década de 10 do século XX, “socialismo ou barbárie” e com o adendo de Mészáros, “barbárie se tivermos sorte”, já que a aniquilação da humanidade é uma possibilidade real como dissemos.

A questão é posta por Mészáros no subtítulo de seu livro, “rumo a uma teoria da transição” e façamos o adendo ao caráter desta, transição ao socialismo. Segundo ele já estamos vivendo uma transição, contudo não temos, nesse momento histórico, a classe antagônica ao capital, o proletariado, organizado conscientemente segundo as suas finalidades históricas; a superação da sociabilidade burguesa fundada sob a égide do trabalho assalariado e do capital, a superação do Estado e da família monogâmica.

A urgência histórica da organização da classe impõe um árduo esforço de recuperação das teses marxianas e da rigorosa análise das experiências socialistas do século XX, bem como a autocrítica honesta das transformações ocorridas no movimento operário e nos demais movimentos sociais surgidos pós-70.

A crise estrutural do capital, e pensemos que hoje já a vivenciamos a mais de 40 anos, põe a barbárie como realidade cotidiana, não apenas nos países de subdesenvolvimento forçado, mas inclusive nos países capitalisticamente avançados, locais nos quais abrem-se verdadeiros polos de pobreza. Para dar um exemplo, segundo notícia veiculada pelo G1²⁷ em Nova York hoje existem mais de 60.000 moradores de rua, esse número cresce a um ritmo de 10% ao ano.

As “expectativas” para a humanidade dada a ausência do proletariado na luta de classes e a contínua reprodução do capital com possibilidades de existência da aristocracia operária como conciliadores de classes e apaziguadores da luta²⁸ – mesmo que a nosso ver, pareça existir uma tendência a extinção da base material da aristocracia operária – tornam a missão dos que permanecem vislumbrando um futuro para a humanidade ainda mais difíceis.

Nosso objetivo aqui foi fundamentalmente demonstrar a total impossibilidade de impor controles ao capital e desdobrar a relação da atual crise estrutural do capital posta em voga, que não é uma crise interna do próprio sistema, ou seja, uma crise da própria legalidade interna do desenvolvimento do capital em sua fase de ascendência histórica. Mas sim é uma crise do sistema do capital enquanto tal, assim como o modo de produção escravista e o feudal vivenciaram sua crise estrutural o sistema do capital vivencia o seu, a diferença essencial é que os outros modos de produção não continham uma força que tornou-se seu próprio pressuposto.

27 A notícia pode ser vista em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/02/nova-york-supera-a-marca-dos-60-mil-sem-teto-um-novo-recorde.html>> Acessado em 14 de julho de 2017.

28 No Brasil vale citar, entre os mais expressivos, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) *et alii*. Além da organização partidária temos ainda a burocracia sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, para citarmos apenas as mais expressivas.

O capital “deixado a sua própria dinâmica só produz mais capital” como diz José Paulo Netto, isto é, o capital posto torna-se se próprio pressuposto. Não existe saída desse sistema social, mesmo em sua crise estrutural, que não aquela ventilada pela classe antagônica ao capital e que produz o conteúdo material da riqueza nessa sociedade, organizada a partir das finalidades históricas que compõe seu ser em-si e tornada, portanto, classe para-si.

Hoje vivemos o momento mais crucial na história, seja pela sua magnitude, seja pela sua importância para o gênero humano. De um lado toda a herança social-democrata e stalinista cobra seu preço, fundamentam a linha de menor resistência e desnorream a classe trabalhadora em sua luta histórica. Portanto, cabe a recuperação da teoria revolucionária para nos capacitarmos a alçar a posição de revolucionários e realizar a superação de todo esse passado, do ponto de vista teórico, a partir da crítica do mundo.

De outro lado, tal capacitação se guia a partir do real movimento histórico da sociedade. A crise estrutural e as formas que tal crise impõe para a organização do proletariado, tanto tática quanto estratégica e fundamentalmente organizativa uma análise para apreender as possibilidades efetivas postas pela realidade, nos termos Lukacsianos “a captura dos meios” para que politicamente façamos tanto a crítica do reformismo em suas diversas facetas quanto para que possamos contribuir para a transformação revolucionária do mundo.

Esperamos que nossa contribuição venha para ajudar, mesmo que de modo muito inicial à luta revolucionária. E que possamos contribuir e vivenciar a emancipação humana, posto que de outro modo está fechada qualquer via de acesso a um futuro para a humanidade.

REFERÊNCIAS

- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo; Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: ED. UFRJ, 2011.
- _____. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do Capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.